



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS – MEL

VANESSA RAQUEL SOARES BORGES

**DAS RUAS PARA A *FOLHA*: A DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE A
(RE)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA POSIÇÃO
SUJEITO “MANIFESTANTE” NO BRASIL**

TERESINA

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS – MEL

VANESSA RAQUEL SOARES BORGES

**DAS RUAS PARA A *FOLHA*: A DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE A
(RE)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA POSIÇÃO
SUJEITO “MANIFESTANTE” NO BRASIL**

Dissertação encaminhada para defesa junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL\UFPI), Área de concentração Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Maraisa Lopes.

TERESINA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e
Letras Serviço de Processamento Técnico

B732d Borges, Vanessa Raquel Soares.

Das ruas para a folha: a discursivização sobre a (re) construção da imagem da posição sujeito “manifestante” no Brasil / Vanessa Raquel Soares Borges. – 2016.
108 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Letras) –
Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Maraisa Lopes.

1. Discursivização. 2. Imagem. 3. Posição-Sujeito
Manifestante. I. Título.

CDD 808.51

Dedico esse trabalho a meus avós maternos por serem em sua posição, exemplos de sujeito; a minha mãe, pela representatividade de sua constituição em minha vida, e a meu noivo, condição simbólica da minha incompletude.

AGRADECIMENTOS

Se ensinar é uma dádiva, aprender é um desafio instigante. Assim, ao longo dessa trajetória, vários foram os sujeitos que circundaram, partilharam e apresentaram a mim a arte da linguagem. Uns evidenciaram a grandeza do pensamento, de teorias e metodologias; outros cultivaram a força da irmandade; e ainda se fizeram presentes os que no silêncio apoiaram um projeto não só meu, mas nosso.

É nesse jogo imagético que se projeta uma vida, um sonho, um ideal. E é nessa tentativa, em um gesto de leitura sobre esse movimento, que me descobri na incompletude: sou pesquisadora!

Por essa posição atingida, agradeço primeiramente a Deus, pela instauração de minha fé e incerteza; a minha mãe, Antonieta Lima Soares Borges, por me conceber e acreditar em meus ideais; a meu noivo, Carlos Alberto da Silva, por preencher em cada espaço deixado a promessa de um retorno com sabor de vitória; a minha orientadora, Prof^a Dra. Maraisa Lopes, por contribuir para a formulação de um outro ser sujeito; ao Prof. Dr. João Benvindo Moura, pelo auxílio e condução no trato com o discurso em suas análises e perspectivas; ao Prof. Msc. Raimundo Isídio, por me apresentar o universo da heterogeneidade constitutiva da linguagem e por apoiar a iniciativa de defesa da dissertação de mestrado quando ainda era só um projeto; a meus familiares e amigos, como o inesquecível parceiro e irmão Francisco Renato Lima, que me impulsionou à pesquisa, em sua lealdade de escritor; enfim, a todos os partícipes desse processo, o meu muito obrigada!

RESUMO

Pêcheux objetivou, a partir da análise do funcionamento discursivo, explicitar o processo de significação através dos mecanismos históricos de determinação do dizer. E é nessa conjuntura teórico-epistemológica que se pretende compreender o movimento do político da/na linguagem, tendo como corpus quinze cartuns publicados pelo jornal Folha de S.Paulo acerca das manifestações populares ocorridas em junho de 2013 no Brasil, considerando os efeitos de sentido produzidos, sua circularidade, circunscrição, a partir do investimento analítico da/na imagem. Nosso empreendimento enfoca principalmente o modo como os protagonistas desse acontecimento são construídos, e o procedimento de análise será intercambiado pela relação parafrástica e metafórica, além da remissão do intradiscurso no interdiscurso para compreender as posições-sujeito a partir das quais se enuncia nestes exemplares da Folha. O arquivo mostra diferentes materialidades, que produzem um acontecimento, significando uma intersecção entre a memória discursiva e a atualidade, que ajudam a constituir uma nova interpretação sobre um evento histórico (ORLANDI, 2012a). Nesse contexto, os cartuns produzem efeitos de sentido responsáveis por reconfigurar, (re)formular acontecimentos, tornando-os outros na atualidade, fazendo surgir uma historicidade constitutiva (ORLANDI, 2012a). Assim, torna-se relevante compreender como as ações dos manifestantes trazem à tona um passado reconfigurado, a partir do recorte, da busca pela memória discursiva silenciada na superfície da produção imagética. Nota-se, assim, contribuições de como ver a língua em seu funcionamento e como esta se materializa na ideologia, para compreender que o sentido não é dado nas palavras, mas construído pela/na história, pela memória discursiva e pelo contexto de uso da língua. Portanto, esta pesquisa torna-se relevante por visar um gesto de leitura para além da superfície discursiva, a partir da contribuição de autores como Courtine (2009), (2006); Indursky (2003), (2013), (2015); Lopes (2009); Maldidier (2003); Maricato (2013); Morgenstern (2015); Orlandi (2006), (2008), (2012a), (2012b), (2012c), (2014), (2015), entre outros caros à discussão.

Palavras-chave: Discursivização. Imagem. Posição-sujeito manifestante.

ABSTRACT

Pêcheux objectified, by the analysis of the discursive functioning, to explain the process of signification through the historical mechanisms of determination as for discourse. And it is in this theoretical-epistemological conjuncture that we intend to understand the movement of the politics of/in language, taking fifteen cartoons published by the newspaper Folha de S.Paulo about the popular manifestations which have occurred in June/2013 in Brazil, considering the meaning effects produced, its circularity, circumscription, from the analytical investment of/in the image. Our enterprise focuses mainly on the way in which the protagonists of this event are constructed, and the procedure of analysis will be in between the paraphrastic and metaphoric relationship, as well as the intradiscourse remission in the interdiscourse to understand the subject positions which emerges from these samples. The archive shows different materialities, which produce an event, meaning an intersection between discursive memory and actuality, which help to constitute a new interpretation of a historical event (ORLANDI, 2012a). In this context, cartoons produce meaningful effects responsible for reconfiguring, (re) formulating events, making them others in the present, giving rise to a constitutive historicity (ORLANDI, 2012a). Thus, it becomes relevant to understand how the actions of the protesters bring to the surface a past reconfigured, according to the sample, in search for a silenced discursive memory on the surface of imagery production. Thus, we can note the contributions on how to see the language in its operation and how it materializes in ideology, to understand that meaning is not given in words, but constructed by / in history, discursive memory and the context of use of the language. Therefore, this research becomes relevant because it aims at a reading gesture beyond the discursive surface, based on the contribution of authors such as Courtine (2009), (2006); Indursky (2003), (2013), (2015); Lopes (2009); Maldidier (2003); Maricato (2013); Morgenstern (2015); Orlandi (2006), (2012), (2012a), (2012b), (2012c), (2014), (2015), among others expensive to the discussion.

Keywords: Discursive. Image. Subject-Position. Protesters.

SUMÁRIO

UM PERÍODO, VÁRIOS DISCURSOS	07
1. DA CIRCULARIDADE À CIRCUNSCRIÇÃO	13
1.1 Análise de Discurso e seus entremeios	13
1.2 Discurso Jornalístico: a estrutura a partir do acontecimento	17
2. O ARQUIVO (RE) CONSTITUÍDO	25
2.1 Análise do arquivo em sua composição	28
2.1.1 <i>Folha de S.Paulo: uma trajetória de discursos que a constituem como sujeito.</i> ..	
.....	28
2.1.2 <i>A escolha pelo Caderno Poder</i>	32
2.1.3 <i>O recorte do Arquivo</i>	34
3. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	43
4. DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS.	59
4.1 Das ruas.	59
4.1.1 Imagem discursivizada: a marcha pelo acontecimento.	59
4.1.2 Imagem e memória do ser <i>sujeito</i> manifestante no Brasil: repetições e interdições	62
UM FINAL EM (DIS) CURSO.	104
REFERÊNCIAS.	106

UM PERÍODO, VÁRIOS DISCURSOS

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem a partir de elementos livremente escolhidos por eles, mas em circunstâncias que eles encontram imediatamente diante de si, dadas e herdadas do passado.

(MARX, 2009, p. 207)

Estudar a língua em suas formas de realização é uma tarefa que a ciência Linguística tem desempenhado com afinco em diferentes épocas. Durante anos, a língua fora pensada como um sistema imanente, composta por regras formais, mas a partir dos anos de 1960, Michel Pêcheux introduziu nos estudos linguísticos a noção de linguagem como materialidade atravessada pela ideologia. Nessa concepção, a língua é um sistema funcional, que produz sentidos, relacionada, assim, à sua exterioridade.

É nessa abordagem que a noção de discurso ganha notoriedade e é determinante para se entender a língua em seu funcionamento. Dessa forma, surge a disciplina conhecida por Análise de Discurso, doravante AD, que tem como principal objeto de estudo o próprio discurso. Este é produzido por sujeitos em uma relação indissociável entre língua e ideologia, de onde emanam e são produzidos efeitos de sentido.

Assim, Pêcheux objetivou, a partir da análise do funcionamento discursivo, explicitar o processo de significação através dos mecanismos históricos de determinação do dizer. E é nessa conjuntura teórico-epistemológica que se pretende compreender o percurso, o movimento do político da/na linguagem, tendo como *arquivo* cartuns publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* acerca das manifestações populares ocorridas em junho de 2013 no Brasil, considerando os efeitos de sentido produzidos, sua circularidade, circunscrição num vai-e-vem discursivo, a partir do investimento analítico da/na imagem.

Assim, nosso empreendimento enfoca principalmente no modo como os protagonistas desse acontecimento são construídos por meio dos cartuns, e o procedimento de análise será intercambiado pela relação parafrástica e metafórica

explorada por um gesto de leitura, além da remissão do intradiscurso no interdiscurso para compreender as posições-sujeito a partir das quais se enuncia nestes exemplares da *Folha*.

A noção de posição-sujeito está embasada em Pêcheux, destacando o discurso como principal elemento na construção da imagem substanciada em ideais sociopolíticos, históricos e ideológicos, pois entende-se que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2012a). No arquivo, a forma como os protagonistas são construídos nas imagens situa a análise das composições visuais à memória do dizer, a qual tem associação direta com as relações de poder inscritas no discurso materializado pelas produções dos cartunistas no jornal, e estas constituem condições de visibilidade às manifestações contemporâneas.

Isso porque “o sujeito político contemporâneo sofre outro atravessamento constitutivo, o das mídias, em sua potencialização tecnológica própria” (FLORES; NECKEL; GALLO, 2015, p. 55). Nesse sentido, o discurso a ser observado no *arquivo* é, por vezes, cristalizado, tornando o acontecimento despolitizado, uma vez que a circularidade da significação já se encontra no imaginário discursivo da sociedade. Dessa forma, torna-se um desafio para o analista de discurso atravessar essa circularidade imaginária que retém os dizeres em um mesmo lugar na história, comparando-os de forma similar.

O arquivo coletado mostra diferentes materialidades, as quais produzem um acontecimento repleto de efeitos de sentido, significando uma intersecção entre a memória discursiva e a atualidade, que ajuda a constituir uma nova interpretação sobre um evento histórico (ORLANDI, 2012a).

Desse modo, olhar este arquivo pela ótica da Análise de Discurso Francesa permite a conjunção de instrumentos teóricos e metodológicos para a abordagem de naturezas diversas como material signifiante (ORLANDI, 1995). Isso porque o modo como construímos o dispositivo analítico da interpretação depende tanto das postulações teórico-metodológicas como da natureza do material a ser observado (ORLANDI, 2012a). Nesse contexto, os cartuns coletados no período de junho de 2013 recortam a memória discursiva, ou seja, o interdiscurso, em um período

histórico, elucidando as manifestações populares, produzindo um acontecimento, efeitos de sentido responsáveis por reconfigurar, (re)formular outros acontecimentos, tornando-o outros na atualidade, fazendo surgir uma historicidade constitutiva (ORLANDI, 2012a).

Nesse sentido, torna-se relevante compreender como as ações dos protagonistas dos protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil trazem à tona um passado reconfigurado, dando margem a um novo acontecimento, a partir do recorte, da busca pela memória discursiva que permite a constituição dos efeitos de sentido inscritos na história e na ideologia, as quais aparecem silenciadas na superfície da produção imagética, em um emaranhado envolto pelas relações de poder presentes no dizível, que ajudam a constituir as posições a partir das quais se enuncia acerca deste acontecimento.

Essa abordagem analítica remete à importância da associação entre imagem, memória e acontecimento. Orlandi (2012a), faz referência ao trabalho de Davallon (1999) o qual cita que “entre o simples registro da realidade e a memória social, que entre a reprodução de um acontecimento e a função social de instituição-reinstituição do tecido social atribuída à memória, há toda a distância que separa a ‘realidade’ do ‘fato de significação’”. (DAVALLON *apud* ORLANDI, 2012a, p. 60). Assim, os protestos de junho de 2013 no país se materializam nos cartuns da *Folha* através de uma “imagem contemporânea como operadora da memória”, ou a imagem pode ser vista como “parte do funcionamento da memória discursiva na relação com o acontecimento” (ORLANDI, 2012a, p. 60).

Nessa conjuntura, percebe-se que a imagem não só representa o real, mas mantém as forças estabelecidas pelas relações sociais, e esta também não é transparente, “é materialidade. Tem seu modo de funcionamento. Interpreta-se” (ORLANDI, 2012a, p. 63).

Para isso, é preciso que se perceba que na AD há a presença tanto da estrutura como do acontecimento, ambos inscritos e imbricados no discurso. Partindo-se da ideia de que “os saberes pré-existem ao discurso de um sujeito” (INDURSKY, 2003, p.102), a noção de estrutura pode ser percebida tanto na sua verticalização como na sua existência horizontal. Quanto à verticalização, a autora

(2003) considera que é a possibilidade de existência de enunciados outros, anteriores ao dito, que faz com que haja no interior da formulação discursiva a repetibilidade. Assim,

ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, o sujeito produz um duplo movimento. Inicialmente retira seu discurso de uma rede de formulações pré-existentes (COURTINE, 1981) e, ato contínuo, re-inscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações. Ou seja, os saberes originam-se na rede de formulações e a ela retornam, instituindo uma espécie de moto perpétuo ou, se preferirmos, um ciclo de repetibilidade.

(INDURSKY, 2003, p. 103)

Além disso, ressalta-se que no interior de uma estrutura discursiva há a existência também da horizontalização, a qual

corresponde ao intradiscurso, onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização. [Nesse caso], o enunciado remete para a existência vertical da estrutura e a formulação para sua existência horizontal. [Assim], a estrutura vertical sinaliza a existência anterior do enunciado, enquanto a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado.

(INDURSKY, 2003, p. 103)

Dessa forma, percebe-se que o discurso do sujeito é formulado na intersecção entre interdiscurso e intradiscurso, dando margem, assim, à repetição do dizível na historicidade em que este é constituído, circularizando efeitos de sentido. É, portanto, nesse entrecruzamento que se estabelece um “ponto de encontro de uma *memória* com uma *atualidade*” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). É nesse ponto de encontro, segundo Indursky (2003), da memória (interdiscurso) com a atualidade (intradiscurso) que se revelam os efeitos de memória, ressignificando e atualizando os sentidos rememorados.

Assim, tomar as imagens e dizeres dos cartuns da *Folha* sobre o levante popular como materialidade discursiva, isto é, como discurso, sugere que se trabalhe a estrutura, ao mesmo tempo que numa dimensão vertical, também em sua dimensão horizontal. Nesse meandro, a cada acontecimento, há uma tentativa de

interpretação, um gesto de leitura sobre a mutação dos efeitos de sentido que a formulação discursiva estabelece em suas diferentes constituições, a cada retomada do *efeito de memória*.

Mas esse *efeito de memória* pode sofrer alterações, ocorrendo o deslizamento de sentidos. A partir do retorno à memória, Indursky (2003) revela que se estabelece uma ruptura na rede de formulações, dando margem ao surgimento de uma nova rede. E é nessa ruptura que o sentido deriva-se, tornando-se outro, em um fenômeno designado por Pêcheux (1990) como *acontecimento discursivo*.

Conforme cita o autor (1999),

(...) a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática, e prolonga-se, conjecturando o termo seguinte, em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava, enquanto tal, e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

(PÊCHEUX, 1999, p.52)

Assim, a repetibilidade se inscreve a partir da memória, mas também dá margem ao surgimento do novo, inaugurando um sentido outro possível no interior da rede de formulações. Por isso, não se pode pensar em um apagamento da memória, pois não há a possibilidade do “esquecimento” do já-dito. Nesse sentido, mesmo sendo o novo, na presentificação do discurso a memória auxilia na proliferação da ressonância de um outro sentido.

Sendo assim, na circularização do dito sobre as manifestações e sobre seus sujeitos atuantes, infere-se que há uma estrutura formulativa de imagens e dizeres que trabalha com o repetível, o qual, uma vez sendo produzido e inscrito no imaginário coletivo da sociedade tem longa duração. Nessa mesma conjuntura analítica-perceptiva, compreende-se que também há o acontecimento discursivo que trabalha com a noção de ruptura ao mesmo tempo em que instaura o surgimento do novo, revelando-se historicamente em outra temporalidade, sendo esta de curta duração. Desse modo, através das palavras de Indursky (2003, p. 108), afirma-se que “instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de

memória, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também de uma estrutura”.

CAPÍTULO I - DA CIRCULARIDADE À CIRCUNSCRIÇÃO

1.1 Análise de Discurso e seus entremeios

Pêcheux aponta que o indivíduo, para que se torne sujeito, deve ser assujeitado pela língua e pela ideologia inscrita no discurso que profere, pois não há discurso sem sujeito nem este pode ser constituído sem ideologia (ORLANDI, 2007). Nessa concepção, o foco dos estudos da AD se coloca em como o discurso é construído na relação entre língua e ideologia, buscando a produção de sentidos. Com essa abordagem, Pêcheux amplia a noção de discurso até então difundido pela ciência Linguística, entendendo-o de forma mais alargada, ao afirmar que o discurso é ao mesmo tempo estrutura e acontecimento (OLIVEIRA, 2013).

Assim, segundo Brandão (1998, p. 19), a AD passa a considerar “o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção”. E é nesse contexto que o sentido ganha não uma unicidade, mas efeitos que emanam da língua. Por isso, o sentido passa a ser analisado sob o prisma da historicidade e da relação que tem com o contexto de produção do discurso.

Isso porque, tanto o discurso como a língua e o sujeito não são transparentes e, por isso, o sentido não está posto no dito nem na superfície da palavra, mas é construído na significação histórica e ideológica e nos processos de produção que permitiram o dizível. Assim, o sentido acontece por meio do mecanismo de transferência, na relação metafórica, pois é na formação discursiva¹ que o sentido encontra seu lugar na histórica, mesmo que provisoriamente, sendo o “interdiscurso também subordinado à lei de desigualdade-contradição-subordinação” (OLIVEIRA,

¹ Cardoso (2003, p. 35) explica a noção de Formação Discursiva quando afirma que “a formação não é a essência do discurso, não é a sua ‘estrutura profunda ou seu sentido profundo’, mas é, ao mesmo tempo, um operador de coesão semântico do discurso e um sistema comum de restrições que pode investir-se nos universos textuais”. Assim, para analisar o discurso a partir de Pêcheux, é importante destacar que o sujeito é preso pelas coerções dos discursos e ideologias às quais está submetido. Não tendo como dizer o que pensa, todo o seu discurso segue as imposições do espaço que ocupa no interior da formação discursiva.

2013), servindo, assim, como um complexo de formações ideológicas² (PÊCHEUX, 2009).

O discurso é um acontecimento produzido a partir da memória discursiva que permite o que pode ou não ser dito por um sujeito afetado pela história, sendo esta influenciada pelo simbólico. Nesse sentido, não se deve pensar no sujeito em sua posição empírica, mas na posição que ocupa na discursividade, uma vez que ele enuncia de um lugar no espaço e no tempo que o identificam. Para isso, o sujeito é afetado pela língua e história, não tendo consciência do dito e de que está imerso em uma formação discursiva e ideológica, as quais lhe dão a possibilidade do dizer, já que este, para ser sujeito, deve se submeter à língua, sendo assim, assujeitado a ela (ORLANDI, 2007).

Nesse meandro, é mister salientar que a AD é uma área de estudo da linguagem que interroga a tríade Psicanálise – Linguística – Marxismo. A Psicanálise, em sua releitura de Lacan, permite a compreensão da transição de homem para sujeito, a partir de sua submissão à língua; num processo de discursivização sempre incompleto, pois apenas uma pequena parte do discurso lhe é acessível, uma vez que mesmo o que não foi dito, ou seja, o silêncio, tem significado para os discursos (ORLANDI, 2012b).

Sobre o discurso, destaca-se a relação existente entre sujeito e os efeitos de sentido que emanam a partir da sua produção, levando em consideração a língua em seu funcionamento. Nesse contexto, é preciso destacar que a linguagem tem como princípio essencial para sua existência a formulação de sentidos na relação com a história.

Nesta perspectiva, a linguagem não é transparente, pois não se chega ao significado a partir do que está posto. É na discursividade que se produzem efeitos de sentido e, assim, a significação e a compreensão da linguagem. Além disso, há

² Pêcheux afirma que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 213). Ou seja, há em todo discurso uma carga valorativa onde a ideologia está inserida, sendo determinada por um momento histórico estabelecido. Por isso, o autor considera que a ideologia não são ideias e nem tem origem no sujeito; ela está inscrita no sujeito, o qual se reconhece como tal por pertencer a uma formação discursiva.

no discurso a materialidade que o constitui, ou seja, o interdiscurso, entendido como o saber discursivo que torna possível o dizer e que na discursivização retoma o já-dito, o já-construído. Nessa abordagem, Pêcheux (2009) aponta que o interdiscurso é um complexo de formações ideológicas, isto é, falas provindas de outro lugar de modo independente, que permitem o dizer.

Nessa conjuntura, Oliveira (2013, p. 219) concebe a memória como

um conjunto de dizeres já expresso que dão base a todo dizer e em que os sujeitos não estão conscientes dessa determinação externa e, assim, não são fontes de significados, mas resultados desses significados, efeitos produzidos pela ideologia, pelo inconsciente e pela materialidade.

O autor, desse modo, traz à tona as ideias de Pêcheux (1999) ainda sobre a memória ao considerá-la

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem estabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que a leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Assim, percebe-se que a memória discursiva é o que torna possível a produção do discurso, por ela acionar os dizeres já cristalizados em épocas diferentes, mas que utilizados em um outro contexto, período e lugar ganham um outro significado. Ou seja, a memória discursiva permite o dizível com base no que deve ser dito, sendo o discurso ao mesmo tempo o velho e o novo, pois a “memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 58).

É fundamental que se compreenda que as palavras não são propriedades dos indivíduos, uma vez que a significação é produto da história e da língua. Nessa conjuntura, o sujeito imagina saber o que diz e ser origem do dizer, mas não tem controle sobre o modo como os sentidos se constituem. Por isso, afirma-se que existe uma memória discursiva que traz a possibilidade do dizer, isto é, da formulação do discurso.

Ademais, conforme Orlandi (2007), no funcionamento da língua estão presentes os processos parafrásticos (os quais revelam que em todo dizer há uma memória que indica o que pode ser dito) e os processos polissêmicos (os quais mostram que há uma mudança no processo de significação), estando eles associados ao esquecimento. Assim, os sujeitos esquecem que o discurso já faz parte do já-dito e, então, apropriam-se dele, parafraseando-o. Dessa forma, ao utilizar o dizer em um outro contexto, os sujeitos formulam outros sentidos, tornando o dizível polissêmico.

Todo discurso produzido revela o lugar a partir do qual se enuncia, sendo esta uma projeção imaginária e cujo significado surge levando em conta um contexto sócio-histórico, bem como a memória discursiva. Isso permite que o sujeito, em um construto imagético, faça antecipações para prever as reações do outro frente à posição que ele ocupa, bem como uma análise sobre a posição que ele enquanto sujeito ocupa, além de antever também como ambos analisam o objeto do discurso, pois é na discursividade que as imagens produzem diferentes posições-sujeito, construto necessário para o funcionamento da língua.

É importante destacar que em relação ao discurso, o sentido não está nas palavras, mas nas posições ideológicas que assumem os sujeitos, os quais estão inseridos em formações que são responsáveis por permitir seu discurso. Nessa abordagem sobre as Formações Discursivas (FD), Foucault (2002, p.136) considera que estas se tratam de “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. A partir disso, constata-se que as FDs são os elementos que permitem, na história, a construção dos enunciados, que não são fechados em si mesmos.

Por isso, os sentidos das palavras modificam-se conforme as posições que assumem os sujeitos no discurso. Assim, a formação discursiva em que se inscreve uma posição sujeito determina o que dizer e o que não deve ser dito, denotando as relações de força presentes em uma determinada conjuntura social e histórica. Quanto aos sentidos, nessa rede de relações, eles não são predeterminados pela

língua, mas dependentes das formações discursivas às quais se filiam, já que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito para que este possa produzir o dizer (ORLANDI, 2007).

Assim, em relação à ideologia, Orlandi (2008, p. 56) afirma que esta “produz a aparência da unidade do sujeito e da transparência do sentido”. Para Althusser (1996), a ideologia é fundamental para que se entenda a teoria discursiva e destaca ainda que não se trata apenas de um conjunto de ideias, mas de práticas materiais que reproduzem ou reconstróem as relações de produção.

Nesse contexto, Orlandi (2007) aponta que a ideologia é entendida como norteadora da constituição de sentidos, enquanto os sujeitos praticam a realidade, significando e auxiliando na significação do mundo. Os sentidos são formulados, assim, com base na língua e na historicidade. É a partir da ideologia que a memória discursiva, o interdiscurso se materializa, pois esta torna possível a relação entre a língua e o mundo. E é por meio do discurso inscrito em formações ideológicas que o sujeito se constitui.

Nota-se, assim, nessa elucidação da teoria discursiva de linha francesa com base em Pêcheux, contribuições de como ver a língua em seu funcionamento e como ela se materializa na ideologia, para que se possa compreender que o sentido não é dado nas palavras, mas construído pela/na história, pela memória discursiva e pela conjuntura sócio-histórica-ideológica na qual o discurso se produz. Dessa forma, esta pesquisa torna-se relevante por visar um gesto de leitura para além da superfície discursiva.

1.2 Discurso Jornalístico: a estrutura a partir do acontecimento

A discursivização jornalística tem inscrita na sua superfície gráfica processos que buscam a identificação dos *sujeitos* leitores, uma vez que o conhecimento sobre os fatos pode ser encontrado em qualquer outro veículo comunicativo. Nesse contexto, cabe destacar o pioneirismo do jornal entre os veículos de informação

periódicos, tendo seus primeiros exemplares circulando em meados do século XVII, segundo Lage (2006).

No projeto gráfico que compõe a identidade do jornal, a diagramação, as ilustrações, bem como o discurso conteudístico utilizado integram um conjunto de traços que servem para o reconhecimento do veículo. Este, ao mesmo tempo em que é similar aos demais meios de comunicação, diferencia-se por ser singular, pois carrega traços capazes de corroborar o processo de identificação dos sujeitos leitores quando de sua escolha dentre os demais. Além disso, o jornal, por vezes, enuncia a partir de uma imagem que possui acerca de quem seja seu público leitor, o que, de certo modo, joga na produção de sentidos acerca dos fatos por ele abordados.

Vale destacar que, na contemporaneidade, o uso da tecnologia promoveu uma lapidação do *sujeito* leitor, uma mudança de comportamento advindo da busca do imediatismo informacional inscrito na produção discursiva do jornalismo digital e,

Para entender essa mudança de comportamento em relação ao uso da tecnologia é preciso ter um olhar antropológico para a fase neobarroca em que vivemos. A troca do espaço físico pelo espaço ideal, que muitas vezes pode ser apenas espaço virtual, faz com que a informação seja 'divulgada muito mais rapidamente do que antes [...]'. [Assim], hoje, [pode-se dizer que] a vida social passa pelo digital. Não dá, por exemplo, para tratar os dentes num dentista virtual, ou cortar o cabelo pela web, mas tudo será armazenado na internet e a computação baseada em *tag* [palavra-chave relevante ou termo associado com uma informação] vai modificar nosso dia a dia, criando uma inteligência coletiva reflexiva, ou melhor, autorreflexiva.

(FERRARI, 2014, p. 20-21).

Nas palavras da autora, a veiculação de informação na mídia digital tornou-se indispensável na sociedade atual, uma vez que o conteúdo a que se quer ter acesso pode ser visualizado em um click, pois "tudo será armazenado na internet" (FERRARI, 2014, p. 21). Subsidiando o supracitado comentário à teoria da AD pecheuxiana, formula-se um gesto de leitura que nos permite dizer que, a discursivização jornalística nesse meio trata-se de uma reflexão presente na memória coletiva, a qual resgata pelo interdiscurso os dizeres sobre um

acontecimento de um modo atualizado, revendo o velho corporificado no novo e o novo sendo reeditado, reconstituído a partir do resgate da memória, da historicidade.

No caso do leitor do jornal impresso, este é fielmente visível (FERRARI, 2014), já o da internet tem peculiaridades específicas, pois nela,

A viagem é lúdica e o apelo visual e textual falam mais alto. [Por isso], logo nos deparamos com uma incongruência: se a página tem de ser atrativa e usável o suficiente para reter o leitor, por que os sites não mudam o desenho de suas home pages diariamente? O que podemos comprovar é que, como disse Pierre Lévy, 'quanto mais informações, mais equivocados ficam os leitores.

(FERRARI, 2014, p. 22).

Nesse contexto, quanto a essas “informações”, é preciso salientar a respeito das questões referentes à infografia, que possui um valor importante na composição do discurso jornalístico. Devido à autonomia semântica que cartuns, charges e fotografias, em geral, possuem, essas materialidades significantes presentes na textualidade do jornal devem ser foco de uma “interpretação” que as tomem como discursos capazes de produzir efeitos de sentido entre locutores. São essas informações, como cita Ferrari (2014), que auxiliam na proliferação ideológica dos dizeres do jornal, através de imagens, por exemplo, e que ajudam a formular o imaginário coletivo sobre algum evento noticiado.

Assim, sobre a infografia, Nunes (2013, p. 104) destaca que

O infográfico é um material que abriga a emergência sócio-histórica da imbricação material (LAGAZZI, 2009) no impresso e no eletrônico, ou seja, ele constitui-se num espaço de interpretação singular para a análise dos modos de ler.

(NUNES, 2013, p. 104)

Nesse sentido, a mídia digital, como também é o caso da *Folha*, põe em circulação formulações visuais que logo conduzem o sujeito leitor a uma comparação entre ela e os outros meios materiais de excelência verbal. Desse modo, a estruturação de imagens e dizeres desafia o leitor ao seguinte questionamento: o infográfico deve ser lido como uma formulação verbal?

Nunes (2013) faz esse questionamento, problematizando sobre as práticas de leitura do infográfico. A autora discursiviza que a constituição do material imagético depende do seu auditório particular, já que sua circulação, seja em revistas, jornais impressos ou na mídia digital

Produz um efeito-leitor demandado por uma prática de leitura que não tem mais sustentação somente na formulação verbal. Tal efeito-leitor convoca modos de ler que estão ancorados no efeito de rapidez e velocidade produzido pelo imaginário de tempo escasso que circula na sociedade.
(NUNUES, 2013, p. 104)

Nesse sentido, a leitura do infográfico demanda agilidade de interpretação, o que traz como consequência, muitas vezes, um movimento de significação e de efeitos de sentido contrários aos que se pretendia enunciar. Além disso, os dizeres inscritos no material significante da imagem são lidos, por vezes, de modo superficial, a partir do que está exposto, fazendo com que o leitor deixe de perceber o interdiscurso presente no seu intradiscurso.

Dessa forma, a leitura da imagem convida o sujeito para além da película imagética. Convida-o para interpretá-la, dando-lhe significado. Isso posto, infere-se que interpretar é imergir no sentido produzido pelo contexto (frases do texto) e pelo contexto imediato (ORLANDI, 2015). E mais: que “a leitura é um acontecimento que demanda questionamentos por ser funcionamento fluido, inapreensível em sua totalidade” (NUNES, 2013, p. 107). Portanto, neste trabalho, o gesto de leitura sobre os cartuns é uma tentativa de interpretar a significação constituída pela empresa *Folha de S.Paulo* sobre o acontecimento Manifestações e, principalmente, que formulação é circularizada sobre o sujeito manifestante, a partir da divulgação desse material significante.

Nesse sentido, muitas vezes, soma-se à composição infográfica os dizeres, vistos sob a nomenclatura de legendas, títulos e balões que acabam por desempenhar um papel complementar para a produção de efeitos de sentido e para um movimento polissêmico. Pensando o caso específico dos cartuns, as legendas presentes não necessariamente representam e esclarecem o que, de fato, enuncia a

imagem, denotando a polissemia, a falha, os deslizes e o equívoco que são constitutivos da língua.

Ademais, segundo Mariani (1999), a mídia oferece, através do infográfico, uma resposta à sociedade que tem coisas-a-saber e que se sente feliz por preencher a ausência desse conhecimento através de informações disponibilizadas facilmente por aquela enquanto instituição.

A conjunção entre imagem e dizeres estabelece a formação do discurso midiático jornalístico, o qual enuncia a partir do efeito de que no conteúdo composicional-textual as dúvidas dos leitores podem ser esclarecidas por este fazer parte de uma memória discursiva e estar imerso na historicidade, havendo, assim, uma busca pela identificação entre leitores e o veículo de comunicação.

Lage (2006) aponta para o fato de que essa composição do discurso no/do jornal sofreu algumas modificações ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito à sua diagramação.

Primitivamente, nos séculos XVII e XVIII, eles {os jornais} pareciam livros, com quatro ou mais páginas: a primeira imitava uma folha de rosto, com o título e, às vezes, data e nome do impressor; a segunda ficava em branco; a terceira começava com título genérico e *capitular* (letra maior que marca o início de capítulo ou tópico). A composição tomava a largura da página ou duas colunas, sem divisões entre as diferentes notícias, avisos ou comentários.

(LAGE, 2006, p. 16)

Nesse período, a preocupação era maior com as letras e como seria utilizado o espaço do jornal; já a relação entre forma e conteúdo se dava por hábitos compartilhados historicamente que ditavam a composição das informações. Quanto às imagens utilizadas, Lage (2006, p. 28) afirma que

Embora a fotografia tenha sido reproduzida, pela primeira vez, em jornal, há mais de cem anos, o descaso pelo processo retardou sua adoção em maior escala. O fotojornalismo começou modestamente, mais para romper a monotonia gráfica das páginas cheias de texto do que para informar alguma

coisa. O nome “ilustração” dá bem ideia desse papel secundário atribuído à foto diante do texto.

(LAGE, 2006, p. 28)

Como se pode perceber, *a priori*, a imagem foi empregada na superfície jornalística apenas para amenizar a complexidade das informações para o sujeito leitor, buscando um processo de adesão deste ao discurso proferido pela empresa. Entretanto, enquanto matéria significativa, a imagem sempre teve uma especificidade própria, independente da época. E com isso, ela assume valor autônomo na relação com a incompletude dos discursos. Essa concepção pode ser observada se atentarmos para o fato de que, cada vez mais, na atual configuração da diagramação dos jornais, selecionam-se, por exemplo, seções para a divulgação de cartuns, os quais, ao contrário de como a imagem era vista no início da formação do discurso jornalístico, são tomados como discursos que reclamam sentidos e produzem efeitos.

Cabe ressaltar ainda que cartuns são na contemporaneidade bastante explorados nos jornais, uma vez que a (re)constituição da película imagética no jornal, bem como seu processo parafrástico da apreensão da realidade, instaura junto ao *sujeito leitor* um processo de identificação, viabilizando antecipações discursivas sobre o evento enunciado e sobre os papéis desempenhados pelos protagonistas mencionados neles.

Assim, observa-se que o jornalismo enuncia a partir de diferentes materialidades significantes sob um efeito de completude sobre os fatos do mundo. Além disso, é próprio das empresas jornalísticas falar de um lugar que se pauta pela ilusão de possibilidade de

informação de fatos correntes, de acontecimentos registrados em qualquer setor da vida social, em qualquer parte do universo, em qualquer domínio das ciências, das artes, da natureza e do espírito, que sejam capazes de despertar o interesse dos homens reunidos em sociedade. E, neste primeiro enunciado, estão duas das características do jornalismo: a atualidade e a variedade.

(BELTRÃO, 1992, p. 69)

A partir do que informa Beltrão (1992), compreende-se que o jornalismo discursiviza a realidade, a partir de um efeito ilusório de completude, registrando os fatos que acredita ser de interesse do *sujeito* leitor em uma conjuntura sócio-histórica-política-ideológica. Contudo, é importante enfatizar que esta discursivização se dá sempre na relação com a memória discursiva, inscrevendo o discurso jornalístico na possibilidade de fazer sentido, de dizer aquilo que pode ser dito. Nesse contexto, para os jornalistas, funciona sempre o efeito de que a informação jornalística se evidencia pela singularidade, pelo posto, pelo acontecimento dado, que transmite a verdade de forma imparcial, pois, de acordo com Lage (2006, p. 80), o “jornalismo é função que se exerce hoje coletando (pessoalmente, pelo telefone ou via internet) e montando unidades de sentido diante do computador”. Entretanto, sob a ótica da Análise de Discurso, a linguagem não é objetiva, tampouco clara e imparcial, rompendo com os preceitos da evidência, tão fundamentais para a prática jornalística.

Segundo a AD, a língua é opaca, entrando em funcionamento a partir de diferentes formações discursivas e ideológicas constitutivas dos sujeitos que a enunciam uma vez interpelados pela ideologia. Nesse meandro, vale destacar que as FDs são constitutivamente associadas às Formações Imaginárias, já que Pêcheux (2009) afirma que toda enunciação se produz através de dois tipos de esquecimentos constituídos em uma formação ideológica que ajuda a formular o discurso, o qual se configura, para os *sujeitos jornalistas*, como verdades evidentes, segundo Lopes (2009). Ademais, o *sujeito-jornalista* fala a partir de uma “institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito da linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1998, p.60).

Dessa forma, para Orlandi (2012a), há em cada discurso ideologizável um atravessamento de poder e sentido sempre ancorados em falhas, apagamentos e incompletudes que funcionam como deixas para se compreender os fatores que levam à resistência. Por isso, a AD pecheuxtiana parte do postulado de que o sujeito não é dono do dizer e tudo que profere é uma “ilusão da transparência do sujeito para si mesmo” (ORLANDI, 2012a, p. 213). Essa tentativa que teria como base a falsa vontade, a consciência e a onipotência do sujeito levam ao esquecimento do

real e das condições materiais de existência do dito, bem como a maneira como este se relaciona com o sujeito.

Sendo assim, é válido destacar que, segundo Orlandi (2012a), há, nas materialidades substanciadas na ideologia, evidências que renegam o voluntarismo do sujeito para indicar as marcas de um movimento que leva a transformações no campo tanto social como político. O que acontece, consoante a autora (2012a, p. 214) é uma espécie de *código secreto* para a veiculação do dito, pois na opacidade do discurso, “alguns entendem tudo, outros, nada”.

Outrossim, ao eleger certas informações em detrimento de outras, o *sujeito* enquanto jornalista, segundo Pêcheux (1990), parte do afã de suas formações imaginárias, refletindo sobre si e sobre o outro (para quem a enunciação é direcionada). Nessa perspectiva, pode-se considerar, como Orlandi (1993) nas palavras de Lopes (2009, p. 24-25), que o jornalista enuncia sempre a partir da existência de

um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’.

(LOPES, 2009, p. 24-25)

Portanto, o jornal se apresenta como um espaço discursivo que busca um efeito de completude³ por meio do trabalho com a linguagem e de discursos sobre os diferentes acontecimentos cotidianos. Nessa direção, questionamo-nos sobre a necessidade de se compreender como um acontecimento como as manifestações

³ Para isso, parte de uma “necessária ilusão fundante” (de sua unicidade e da visão adâmica de ser origem do dizer). Nela, a partir do ato falho, o sujeito se reconstrói como unidade, de caráter imprevisível e que “de algum modo mostra para o sujeito (moi) a sua falta e a incompletude do simbólico. Algo que imediatamente é resgatado, imaginariamente consertado (...) por essa instância do sujeito centrado (moi), que se representa (necessariamente) como unidade indivisa” (MARIANI, jan. 2005, p. 40). Nesse sentido, vale destacar que é a partir do ato falho que se revela a incompletude do sujeito. Nessa concepção, segundo Lacan, o sujeito tentará “completar sua falta” (NASIO, 1997, p.108). Isso mostra que o sujeito tanto ideológico como do inconsciente é movido pelo desejo de completude.

populares ocorridas em 2013 se textualizam nos jornais. De que maneira se deu a formulação e circulação dos enunciados sobre o manifesto popular nesse veículo? Como este acontecimento em sua relação com a memória discursiva se atualiza? Como a conjunção de diferentes materialidades significantes enunciam este acontecimento a partir das posições sujeito assumidas pelo jornal?

CAPÍTULO II - O ARQUIVO (RE) CONSTITUÍDO

A exterioridade dos fatos no contexto histórico-social é analisada sob o viés do real, da incompletude, da “interpretação”. Para isso, é preciso ressaltar que a composição do *corpus* desta pesquisa, discursivamente tratado como *arquivo*, dá-se a partir do pôr em funcionamento a linguagem, o que dá margem ao acontecimento discursivo (LOPES, 2009). Nessa perspectiva, é preciso destacar que, na complexidade de se compreender os sentidos, “o arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 169).

Sendo assim, toma-se mister ressaltar que, para se chegar às evidências construídas no percurso enunciativo, o dado transforma-se em fato e este é inscrito na materialidade, bem como na memória discursiva (PÊCHEUX, 1999). É nesse meandro que se dá a formulação da temática, a qual Guilhaumou e Maldidier (2014) identificaram como “a noção de tema” que

supõe a distinção entre [...] – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial. O acontecimento discursivo (...) é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 172).

Dessa forma, cabe ao analista de discurso “interpretar” a composição da realidade, a ideologia materializada na produção discursiva, ou seja, analisar a partir da formulação do enunciado, o acontecimento discursivo, a circulação de sentidos

sobre o fato, levando em consideração o interdiscurso, uma vez que esse acontecimento se dá pelo entrecruzamento de enunciados inscritos na presentificação dos fatos, bem como em sua inscrição na história. Nesse sentido, o tema aparece em “posição referencial”, sendo todos esses aspectos importantes para que se encontrem pistas para uma possibilidade de “interpretação”.

Ademais, os autores afirmam que “a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição” (GUILHAUMOU; MALDIDIÉ, 2014, p.173). Nesse sentido, observa-se que a constituição do enunciado leva em consideração uma trajetória enunciativa que (re)formula e (des)constrói o tema em cada acontecimento discursivo, pois inscreve o novo a partir do já-dito, da memória, da historicidade. Cabe ainda ao analista de discurso perceber a diversidade de formas materiais em um mesmo enunciado, as quais sofrem modificações de sentidos, devido aos movimentos discursivos que se inscrevem na história, segundo Foucault (2002).

Desse modo, na rede de formulações, o discurso enquanto forma significativa traz sua materialidade, que se configura como forma material. Nessa conjuntura, Orlandi (2012a, p. 129) destaca que

A forma material é a forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito. [Desse modo], sendo o discurso definido como efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1969), a materialidade da forma discursiva implica o funcionamento ideológico da palavra.

(ORLANDI, 2012a, p. 129)

Assim, percebe-se que o discurso encontra sua forma materializada na palavra ou na ausência dela, que acaba também por significar, dando margem ao acontecimento. É dessa maneira, portanto, que a palavra ganha forma, devido à sua materialidade ideológica. Nesse viés interpretativo, o percurso enunciativo que traça o discurso é norteado pela circularidade de significação que a forma material adquiriu, uma vez que esta tem uma carga valorativa que se entrecruza com a língua

e a história sendo, assim, (re)formulada numa dada rede de sentidos para, então, significar.

Ademais, essa forma material é inscrita na textualização, ou seja, na verbalização do dito, transformando o discurso em palavras. Consoante a isso, é mister destacar que a escrita da Análise de Discurso parte de um gesto de interpretação em sua materialidade, ou seja, o texto (unidade de análise), a partir do momento em que o sentido faz sentido (ORLANDI, 2012a).

Desse modo, a forma material de que se vale a AD não é a linguística (em que a materialidade identificava-se com a norma, sendo uma forma linguística); é a discursiva, pois nela a noção de materialidade ganha sentidos outros, provindos do real, do que é concreto, material. Nesse caso, Orlandi (2012a) define forma material como linguístico-histórica, saindo assim da noção positivista e enveredando para uma análise de filiação materialista.

Nesse contexto, é válido destacar que o *arquivo* não é apenas um documento de onde se extraem referências, nem “um conjunto de dados objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos” (LOPES, 2009, p. 27-28). Guilhamou e Maldidier (2014) ainda destacam que

O arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência. [Assim], o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

(GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170)

Nessa perspectiva, o foco de nossa pesquisa são as Manifestações Populares ocorridas no Brasil em 2013, mais especificamente sua textualização por meio de cartuns no jornal Folha de S. Paulo. Os cartuns selecionados para nossa análise foram publicados em junho de 2013, no Primeiro Caderno da Folha, constituindo-se como espaço de significação, por meio de uma materialidade outra, das posições assumidas pelo jornal acerca do levante popular em questão.

O Caderno, por ser o primeiro, traz à tona as principais discussões do momento no que se refere ao contexto social brasileiro. Sendo assim, os cartuns que abordam o levante popular se tornam um acontecimento discursivo a ser analisado, dada sua efervescência de sentidos.

Pêcheux afirma que o *arquivo* deve ser “entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, e que, desse modo, o trabalho com o *arquivo* “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas, que organizam estas leituras, mergulhando a ‘leitura literal’ (enquanto apreensão-do-documento) numa ‘leitura’ interpretativa – já que é uma escritura” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, p. 59, 2014).

2.1 Análise do arquivo em sua composição

2.1.1 Folha de S.Paulo: uma trajetória de discursos que a constituem como sujeito

Discursos sobre a *Folha de S.Paulo* estão presentes em diferentes espaços discursivos. Neste trabalho evidencia-se a apresentação da história da empresa a partir das informações presentes no endereço eletrônico www.folha.uol.com.br do próprio Grupo Folha, o qual visa, através disso, administrar os sentidos circularizados sobre sua composição e trajetória.

Antes de apresentar a discursivização da *Folha* sobre ela mesma enquanto veículo de informação e como este se constitui, faz-se necessária a compreensão do que vem a ser o “discurso sobre”, uma vez que a produção de sentido está diretamente ligada ao lugar de onde se enuncia para então levar o leitor a um lugar outro. É uma tentativa de apagamento das condições de produção do discurso. A partir de então, o gesto de interpretação entra em cena para atribuir sentido a partir de um lugar só, universalizado, a fim de que possa ser compartilhado pelo imaginário coletivo.

Neste caso, é importante ressaltar que o “discurso sobre” enuncia de um lugar, como se este fosse o único e onde se encontra a verdade. Isso porque

Os “discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc. [...] Ele organiza, disciplina a memória e a reduz. (ORLANDI, 2008, p. 44).

Assim, os discursos do samba, do cinema são formulados, constituídos a partir de um emaranhado discursivo que circula na sociedade sobre o samba e sobre o cinema, cada um discursivizando seu referente a partir de um lugar específico. Desse modo, a interpretação que se faz do samba, do cinema depende das vozes que ecoam, dos sentidos cristalizados para constituí-los como tal.

Nesse meandro perceptivo-interpretativo, infere-se que a empresa *Folha de S.Paulo* ao enunciar sobre sua história e seu arranjo composicional tenta “institucionalizar” o sentido sobre ela mesma enquanto empresa, a fim de organizar, disciplinar a memória do sujeito leitor, reduzindo-a a seu universo de significações para controlar e administrar os sentidos formulados sobre sua imagem.

Mariani (1998, p. 60), também acerca dessa noção, afirma que:

Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (“discurso-origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

(MARIANI, 1998, p. 60)

Assim, na apresentação que o site faz sobre a *Folha*, enuncia-se a partir de um lugar de autoridade da empresa enquanto veículo de informação, o qual “efetua

algum tipo de transmissão de conhecimento” que circulariza, estabelecendo uma relação de poder sobre os “saberes já reconhecidos pelo interlocutor” (MARIANI, 1998, p. 60), em uma tentativa de administração dos sentidos acerca da história da empresa, já que há a seleção de alguns acontecimentos para compor essa cronologia.

Inicialmente, afirma-se que sua fundação ocorreu em fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, com o nome de “Folha da Noite”.

Posteriormente, os fundadores do jornal, em julho de 1925, criam sua versão matutina, intitulando-a de “Folha da Manhã”. Em 1949, surge a “Folha da Tarde”. Os três jornais supramencionados fundem-se, em 1960, tornando-se o jornal “Folha de S.Paulo”, o qual, em 2013, ocupou o primeiro lugar no ranking entre os maiores jornais de circulação paga no país, segundo uma pesquisa da Associação Nacional de Jornais (ANJ) averiguada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) com base na circulação diária de periódicos durante o período de janeiro a dezembro de 2012.

Em 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da empresa “Folha da Manhã”. Por conseguinte, acontecimentos e evidências na composição e transformação do jornal dão margem ao crescimento, à modernidade, bem como ao desenvolvimento econômico e à disputa de poder pela liderança entre os jornais de maior circulação no país. Na década de 60, mais precisamente em 1967, o jornal divulga pela primeira vez no Brasil a impressão offset em cores, o que acaba por colocar a empresa em uma posição de destaque pela sua preocupação com a qualidade do material a ser fornecido aos seus leitores. Essas mudanças fizeram com que o folhetim abrisse suas páginas para a participação do público no processo de redemocratização do Brasil, a partir da implantação da seção Tendências/Debates, posteriormente, em 1976.

É importante salientar que, segundo as informações disponibilizadas pela própria empresa, os anos de 1980 contribuíram para elevar o jornal a uma posição de destaque também pelo seu pioneirismo na rapidez e qualidade do material. Por isso, em 1981 surge a primeira sistematização de um projeto editorial, o qual visava

informação verídica, competência na interpretação e divulgação dos fatos e o respeito à pluralidade de opiniões.

Esses acontecimentos fizeram com que a *Folha* adotasse um sistema computadorizado para tornar as informações mais práticas e acessíveis ao público, tornando-se, em 1983, a primeira Redação informatizada da América do Sul, economizando cerca de 40 minutos no processo de produção do noticiário. Isso fez com que o jornal implantasse um dos maiores institutos de pesquisa do país, o Datafolha, disponibilizando um departamento que visasse desenvolver estudos acerca da opinião pública e eleitoral, informações essas de “interesse dos leitores” e que iria fornecer um levantamento de temas significativos para a produção editorial (LOPES, 2009).

Nesse íterim, vale destacar que, em 1984, foi sancionada a lei nº 7232, que implantou a Política Nacional de Informática no Brasil. Nesse mesmo ano, o jornal publica o primeiro Projeto Editorial que tem como base a criticidade, a pluralidade de ideias e opiniões, apartidarismo e um jornalismo moderno. No Portal Eletrônico, a *Folha* revela que desde 1980 até a contemporaneidade, o jornal é o maior de circulação nacional e, portanto, o mais vendido no Brasil. Dentre os destaques para essa preferência dada pelos leitores, a *Folha* apresenta sua organização em cadernos temáticos diários e suplementos.

Além disso, de acordo com o site, a *Folha de S.Paulo* foi a pioneira, no Brasil, em utilizar a figura do ombudsman, termo sueco que se refere a um profissional contratado por um órgão ou empresa que tenha como função receber sugestões, críticas e reclamações, devendo agir sobre elas de forma imparcial. Ou seja, é um representante que tem um elo entre a instituição e os usuários dos serviços oferecidos para a sociedade. Esse efeito de pluralidade buscado pela empresa fez com que as páginas da *Folha* se colocassem como espaço discursivo para a textualização de denúncias de irregularidades políticas no país. A empresa ressalta em sua página o fato de ter sido o primeiro órgão a pedir o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1991. Nesse mesmo período, a primeira página do jornal passa a circular colorida, sendo as imagens, vista como a

materialidade significativa, as primeiras a ganhar força na produção de sentidos acerca dos mais diversos acontecimentos.

Em 1994, há o lançamento do “Atlas Folha/ The New York Times” em fascículos. A partir disso, a *Folha* atinge recordes de tiragens na história das vendas de revistas e jornais (1.117.802 exemplares). O Grupo Folha, então, resolve investir na divulgação de notícias e informações das páginas da internet, lançando o Universo Online. No mesmo ano, o Universo Online e o Brasil Online, pertencentes ao Grupo Abril, fundem-se em uma empresa, o Universo Online S.A. Com essa iniciativa, o jornal torna-se o primeiro a disponibilizar conteúdo on-line para o público leitor.

Já em 1996, é fundado o portal UOL, líder em mercado no Brasil. Toda a sua credibilidade conta com mais de 2,5 milhões de assinantes que pagam para terem acesso ao conteúdo, bem como aos serviços e produtos ofertados. Outrossim, o portal alcança uma audiência superior a 27,8 milhões de visitantes únicos e mais de 4,326 bilhões de páginas vistas por mês.

Todas as conquistas elencadas fizeram com que, em 2010, a empresa unificasse as redações do jornal impresso e on-line, realizasse uma reforma gráfica e editorial, além de a Folha Online ter se restaurado e se tornado Folha.com. Assim, encerra-se a trajetória histórica disponibilizada pelo Portal, revelando que, desde então, os meios tecnológicos e aplicativos utilizados pelos leitores tornaram-se frequentes, sendo um dos principais responsáveis pelo fortalecimento da empresa.

2.1.2 A escolha pelo Caderno Poder

São oito os cadernos disponíveis no jornal *Folha de S.Paulo* para a textualização dos acontecimentos sociais, a saber: Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Ciência + Saúde, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada. Na composição imagética e de dizeres, cada seção apresenta um teor temático que está em consonância com o nome do caderno, num movimento de administração de

sentidos, como se tudo aquilo sobre o que se precisa ler estivesse disponível ao leitor nestes cadernos (LOPES, 2009).

No Caderno **Mundo**, encontram-se informações diversas sobre notícias que acontecem internacionalmente, pois além da versão⁴ da própria empresa *Folha*, assinada por um de seus correspondentes, há também a inserção de textos de outros veículos de comunicação legitimados socialmente. Além disso, de acordo com a empresa, neste caderno apresentam-se análises objetivas e precisas para que o leitor entenda os fatos abordados.

Quanto ao **Mercado**, o caderno tem a função de orientar sobre a atual conjuntura econômica do país e sua relação com os demais países, naquilo que se refere ao mundo dos negócios. Para isso, consoante a empresa, a seção disponibiliza análises precisas e dicas sobre investimentos, além de indicações econômicas para que o leitor sinta-se inserido no mercado e compreenda suas transações.

O Caderno **Cotidiano** oferece informações diárias sobre a educação, segurança e traz esclarecimentos dos direitos que tem o consumidor, notícias sobre saúde, trânsito e procura informar também sobre a previsão do tempo. Para isso, conforme a empresa, mostra-se a realidade dessas questões em diferentes estados brasileiros, muito embora a ênfase da edição muitas vezes recaia sobre a capital paulista.

O Caderno **Ciência + Saúde** aborda as descobertas e pesquisas recentes da medicina e da ciência tanto no Brasil como no mundo, com destaque para o didatismo da divulgação científica e uso da infografia para facilitar a explicação de assuntos complexos.

⁴ Neste trabalho, a noção de versão será articulada a de interpretação, uma vez que Orlandi afirma que versão significa "direção, espaço significante, recorte do processo discursivo, gesto de interpretação, identificação e reconhecimento do sujeito e do sentido" (ORLANDI, 2012b, p. 13). E nas palavras de Orlandi, diante "de qualquer objeto simbólico 'x' somos instados a interpretar o que 'x' quer dizer. Nesse movimento da interpretação, aparecem-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse 'x'" (ORLANDI, 2012c, p.30).

Na **Folha Corrida**, o jornal apresenta uma visão panorâmica do que pode ser encontrado na sua edição, passando, assim, por todos os cadernos. A estratégia da empresa é noticiar dicas, extratos colunistas, curiosidade em textos curtos para aqueles que não tiveram acesso à leitura do jornal durante a semana. É uma espécie de resumo, ou como coloca a própria Folha no seu Portal, “uma segunda ‘porta de entrada’, além da primeira página”. Ela é sempre publicada na última folha do Caderno **Cotidiano**.

O Caderno intitulado **Esporte** tem a função, segundo a empresa, de mostrar como o esporte pode ser visto não só sob o ângulo da diversão e entretenimento, mas também como algo que pode ser explorado no ramo empresarial. De acordo com o portal eletrônico da empresa, este é o mais lido entre todos os cadernos disponíveis, já que acompanha diariamente os principais campeonatos de Futebol, além de ter sido pioneiro em preparar pesquisas estatísticas sobre o esporte através do Instituto Datafolha.

No Caderno **Ilustrada**, há dicas sobre assuntos diversos, como gastronomia e humor, além de expor pontos de vista de colunistas sobre arte, cultura e entretenimento.

No que diz respeito ao arquivo coletado para esta pesquisa, os cartuns disponibilizados se fazem presentes no Caderno **Poder**, primeiro caderno da *Folha*, o qual enfoca as questões políticas, institucionais e de movimentos sociais. Isso porque, nas palavras da empresa, o **Caderno Poder** deve transmitir ao leitor o respeito pela pluralidade de ideias e opiniões, apoiando-se na bandeira do apartidarismo, sendo concebido como um importante instrumento de desenvolvimento crítico e intelectual do leitor.

Em todos esses cadernos há uma estratégia discursiva, desde sua organização até a temática posta em evidência, uma “divisão cujo efeito é a completude” (LOPES, 2009, p. 36), uma vez que a *Folha* produz efeitos de sentido que levam o leitor a aceitar como verdadeira a versão apresentada pela *Folha* sobre os fatos. Assim, consoante Lopes (2009, p. 36), “essa especificidade apresentada pela divisão em cadernos, pela separação de conteúdos, cria, para o leitor, um efeito

de satisfação, de esgotamento de possibilidades, pois ele tem acesso a tudo aquilo que precisa por meio desse jornal”.

2.1.3 O recorte do Arquivo

Com o intuito de compreender os efeitos de sentidos produzidos pelos cartuns publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* acerca das manifestações populares ocorridas em junho de 2013, enfocando principalmente o modo como os protagonistas desse acontecimento são construídos por meio dos cartuns, bem como a compreensão das posições sujeito que enunciam nestes exemplares, promovemos um recorte temporal para chegar à constituição de nosso arquivo. Este recorte se reporta ao intervalo entre os dias 08 e 30 do mês de junho, totalizando 15 cartuns, por ser um período em que a representação sobre a temática “manifestação” no Brasil esteve em maior destaque no jornal.

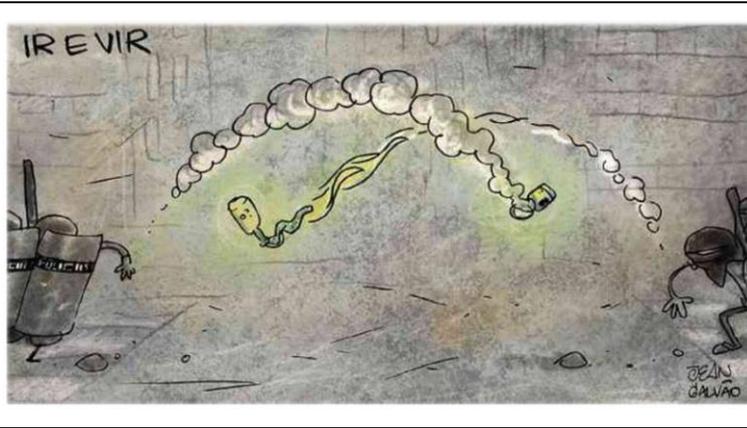
Dessa forma, torna-se mister a apresentação do arquivo selecionado sobre o levante popular, obedecendo à sequência cronológica de sua circulação:

DATA:	IMAGENS:
<p>“Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus”.</p> <p>08 de junho de 2013</p>	 <p>The cartoon is titled "PROTESTOS EM SÃO PAULO". It depicts a scene of civil unrest. On the left, a man wearing a brown mask and a green shirt is shouting "ACENDE LOGO!!!". In the center, a man with a large nose and a striped shirt asks "É A POLÍCIA?". On the right, another man with a large nose and a striped shirt says "NÃO, MEU PAI VEM ME BUSCAR DAQUI A POUCO". The background shows a street with debris and a building.</p>

“Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”
 13 de junho de 2013



“Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos”
 Subtítulo: “presidente é hostilizada três vezes; em protesto antes do jogo, 30 pessoas são detidas”.
 16 de junho de 2013



“Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje”.
 17 de junho de 2013.



“Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”.
 18 de junho de 2013



“Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo. PM tarda a agir”.

Subtítulo:

“Manifestação começa pacífica, com mais de 50 mil pessoas na praça da Sé, mas grupos levam caos à região central”.

19 de junho de 2013.



“Protestos de rua derrubam tarifa”

20 de junho de 2013



“Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”.

21 de junho de 2013.



“Dilma promete ouvir ‘voz das ruas’ e coibir ‘arruaça’.”

Subtítulo:

“Na tv, presidente diz que receberá ativistas e propõe pacto político para melhorar serviços públicos”.

22 de junho de 2013



“Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas”.

Subtítulo:

“Em Belo Horizonte, confronto próximo ao estádio do Mineirão deixa 19 feridos”.

23 de junho de 2013



“Dilma inicia pela saúde plano para estancar atos”.

Subtítulo;

“Presidente anuncia medidas para o setor e recebe lideranças do MPL”.

24 de junho de 2013.



“Dilma sugere plebiscito para reformar a política”.

Subtítulo:

“Plano da presidente, em reação a protestos, é criticado por ministros do STF e pela oposição”.

25 de junho de 2013.

REUNIÃO COM GOVERNADORES E PREFEITOS



“Câmara derruba PEC 37 e destina royalties para educação e saúde”.

Subtítulo:

“Pressionados por protestos, deputados rejeitam projeto que limitava poder de investigação do Ministério Público”.

26 de junho de 2013

A VOZ DAS RUAS - MODO MUDO



“STF manda prender deputado, e senado endurece pena de corrupto”.

Subtítulo:

“Natan Donadon (PMDB) deve ser o 1º congressista preso após a redemocratização; projeto torna corrupção crime hediondo”.

27 de junho de 2013



“Dilma não venceria no 1º turno; Marina e Barbosa sobem”.

Subtítulo:

“Com 30% das preferências, presidente tem queda de 21 pontos em três semanas, diz Datafolha; um quarto está sem candidato”.

30 de junho de 2013



A partir do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa, este trabalho apresenta alguns gestos interpretativos que sustentam a compreensão da abordagem dos dizeres e imagens contidos nos cartuns da *Folha de S.Paulo* sobre o levante popular, numa tentativa de mobilizar a extrapolação dos sentidos para além do dito e da película imagética.

Para isso, é preciso destacar que na constituição dos cartuns, o discurso não é centrado apenas no verbal ou no não-verbal, mas na conjunção de ambos os dizeres, mesmo que estes signifiquem objetos simbólicos diferentes, os quais enunciam tanto separadamente como em união. Isso pode ser percebido em todo o material colhido no mês de junho, exceto no cartum do dia 21, no qual a voz sobre o episódio ecoa somente através da imagem, quando o silêncio da ausência das palavras também fez significar o acontecimento.

Essa distinção e ao mesmo tempo união de diferentes materiais significantes refletem no modo como se analisa, uma vez que, segundo Orlandi (2005, p. 25)

Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. [Assim sendo], um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.
(ORLANDI, 2005, p.25)

Isso porque cada dispositivo analítico permite interpretações diferentes, apesar de o dispositivo teórico ser o mesmo. Além disso, vale ressaltar que, segundo a autora (2005), o que define a natureza do material e a finalidade da análise é a questão posta pelo analista. Além disso, a

Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.
(ORLANDI, 2015, p. 24-25)

Neste trabalho, os sentidos que circulam sobre as manifestações partiram tanto do texto como da imagem, uma vez que a escrita da imagem é uma “escrita-arte” (INDURSKY *et al*, 2013, p.90) que reporta o leitor, a partir de sua estrutura, para o acontecimento descrito. Ou seja, os sentidos surgiram através da composição organizacional entre os objetos simbólicos materializados nos cartuns do jornal, o qual dá visibilidade para a imagem do sujeito manifestante através da intensificação,

realce ou transformação das formações imaginárias que se tinham sobre manifestantes no Brasil.

CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Segundo Courtine (2009), a noção de Condições de Produção (CPs) do discurso encontra sucessivos estados na AD, dividindo-se em dois conjuntos: as *definições empíricas* e as *definições teóricas*. A primeira tem uma tendência de confundir as CPs com a situação de enunciação. A partir dela nasce a noção inicial sobre as Condições de Produção do discurso, através dos postulados de Michel Pêcheux. A segunda aparece desde 1971, na AD, associada ao termo *formações discursivas*, a partir do trabalho de Michel Foucault (1969).

Nos postulados de Michel Pêcheux ([1969] 1990) sobre as CPs, o autor percebe o discurso como estrutura ou acontecimento. Nessa concepção, concebe o acontecimento por meio de iniciativas anteriores e também posteriores à realização do discurso, ou seja, da enunciação. Isso porque tanto as formulações, como as retomadas, os apagamentos e os deslizos fazem parte das condições de produção do discurso, delimitando o que pode ou não ser dito em um determinado contexto situacional.

Pêcheux encontra sua definição partindo do esquema transformacional da comunicação de Jakobson, o qual enuncia que existem “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos a sociologia pode descrever” (JAKOBSON, 1963 *apud* COURTINE, 2009, p. 49). Nessa concepção, as relações estabelecidas entre esses lugares definidos objetivamente aparecem inscritas no discurso por uma série de “Formações Imaginárias” as quais designam o lugar que sujeito e destinatário atribuem a si e ao outro (COURTINE, 2009).

Assim, em seus postulados, o autor destaca que as Condições de Produção levam em consideração não só o contexto e a situação, mas também as *formações imaginárias* (FI) e o *sujeito*, uma vez que, nas CPs, deve-se levar em consideração a participação do sujeito da/na enunciação e também a situação em que a enunciação é realizada. Ademais, as condições de produção dos discursos trabalham com questões que envolvem, além da língua, o social e o histórico, uma vez que o dizer é

construído como tal por sua relação com a exterioridade, de maneira constitutiva, não periférica (LOPES, 2009). Por isso, ao se tratar de CPs, a AD encontra problemas para sua conceitualização.

A questão ganha destaque com a publicação de um artigo de Jean-Jacques Courtine, em 1981, na Revista Langages 62, intitulado “Análise do discurso político”, o qual aborda sobre as CPs como sendo esta noção derivada de três campos: Análise de Conteúdo (no campo da psicologia social), que analisa as condições para produção do texto; a Sociolinguística, que mostra a relação dos estudos a partir das situações de comunicação, levando em conta a estratificação social a partir da qual emissor e destinatário enunciam; e também, do trabalho de Harris, que, de forma implícita, mostra o termo situação correlacionado ao de discurso.

Assim, o trabalho de Courtine enfatiza a relação entre situação e sujeito (entendendo este como posição ocupada pelo indivíduo interpelado ideologicamente ao enunciar). Há, portanto, um resgate às postulações de Pêcheux, o qual problematizou sobre as *formações imaginárias*, abordando a diferenciação entre o lugar empírico do sujeito e a posição que este ocupa em meio ao discurso proferido. Dessa forma, Pêcheux (1990, p. 82) destaca que, para se entender as Condições de Produção do discurso, é preciso que se perceba a intersecção de fatores como a situação, o contexto, as *formações imaginárias* (FI) e o próprio sujeito, uma vez que “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”.

Nessa conjuntura significativa, vale ressaltar que Orlandi (2006), assim como Pêcheux (1990), analisa o discurso tanto em seu sentido estrito, referindo-se a um lugar de dizer, de forma imediata; como em seu sentido amplo, a partir da referência às suas relações sócio-históricas. Portanto, em uma discursividade parafrástica em referência ao que cita Pêcheux (1990), Orlandi (2006, p. 15), sobre as Condições de Produção, destaca que

Pode(m) ser pensada(s) em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Se separarmos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins de explicação, na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente.

Ademais, as CPs levam em consideração uma trajetória de formação discursiva a partir de sua associação à exterioridade, ao interdiscurso, à historicidade, ao que Guilhaumou (1978 *apud* GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 175) chamou de

Cotexto [-] conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado e, que ao mesmo tempo, permite enxergar as recorrências linguísticas, [pois] à análise do trajeto temático corresponde um procedimento essencialmente de compreensão. Já o momento do cotexto introduz a possibilidade de construir um objeto discursivo: a compreensão dá lugar à extensão.

Pensando especificamente nosso material, antes de tratarmos de suas condições de produção, acreditamos ser relevante mencionar que compreendemos que o meio digital, o qual hoje suporta também os jornais, embora desloque-se em direção aos sentidos de inovação, permite-nos analisá-lo em sua estrutura e acontecimento, uma vez que o compreendemos como “espaço material concreto funcionando como sítio de significação [...] Um espaço simbólico trabalhado na/ pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. [Nele ocorre um] deslizamento de sentidos importante para a concepção da memória” (MALUF-SOUZA *et al*, 2012, p. 61).

Além disso, o jornal eletrônico (como a *Folha de S.Paulo*) e demais tecnologias estabelecem uma relação de maior proximidade entre as funções autor e leitor, já que “as novas tecnologias, embora sejam tecnologias da escrita, atravessam a relação do sujeito com a linguagem de maneira particular”, pois “há na textualização produzida na internet uma relação diferente com a memória” (ORLANDI, 2012a, p. 69).

Em se tratando dos cartuns, a relação entre as funções autor/leitor é perpassada pela função cômica e humorística que estes textos denotam à composição do folhetim moderno. Assim, para a discursivização do jornal, o humor acaba se colocando como um local de observação e compreensão da posição assumida pela empresa, já que

para a formalização do humor na charge [assim como no cartum], criam-se espaços mentais decorrentes das leituras de mundo que o indivíduo faz no decorrer de toda a sua existência. Dessa forma, a mesclagem é uma moldura teórica que envolve inúmeras operações que combinam modelos cognitivos dinâmicos em uma rede de espaços mentais. O processo de mesclagem decorre essencialmente do mapeamento das projeções e da simulação dinâmica para desenvolver a estrutura emergente e para proporcionar novas redes conceptuais.

(PLAGIOSA, 2005, p. 156)

Essa concepção pode ser inferida a partir do que afirma Romualdo (2000, p.20), sobre o cartum, uma vez que este “chega ao riso através da crítica mordaz, irônica, satírica e principalmente humorística do comportamento humano, de suas fraquezas, e de seus hábitos e costumes.” Sendo assim, essa expressão do discurso constitui-se como basilar para a compreensão dos sentidos produzidos pela produção discursiva do jornal.

Isto posto, ao se tomar as Manifestações Populares no Brasil como um acontecimento discursivo textualizado na *Folha de S. Paulo* e, focalizado em nosso trabalho por meio dos cartuns publicados entre 08 e 30 de junho de 2013, é importante considerar que estes são publicados no Caderno Poder que, segundo a *Folha*, deve abordar as questões sócio-políticas brasileiras. Além disso, se recorreremos aos sentidos dicionarizados para a palavra poder, tocaremos a questão dos direitos, da capacidade, da autoridade para se realizar algo, o que significa na abordagem dos acontecimentos que compõem o Caderno.

Quando pensamos a questão do *Poder*, é importante lembrarmos que o sujeito não pode ser concebido isolado da linguagem, pois ela é instância primária e necessária para sua constituição (LAGAZZI, 1988). Sendo assim, é na linguagem

que se encontra o “próprio lugar de poder” (*idem*, 1988, p. 23). Dessa forma, o *Poder* presente no jornal automaticamente nos direciona ao arranjo político e à conjuntura social, evidenciando o conflito de poderes a partir da diferença de classes e da contradição de opiniões, das posições ocupadas pelos sujeitos e as mudanças historicamente marcadas nessas relações de *Poder*. Isso porque “as relações de força fazem parte do modo como se estabelecem as CP, pois o lugar social do qual falamos marca o discurso e corrobora a compreensão do que teria levado o sujeito a dizer *isto* ou *aquilo*” (LOPES, 2009, p. 53).

Tomando os cartuns como uma versão ancorada na verbalização imagética do episódio, infere-se que nessa discursivização teórica sobre as Condições de Produção (CPs), os dizeres sobre as Manifestações Populares e as imagens difundidas que (re)formulam a Formação Imaginária sobre os sujeitos no levante popular seriam vistos em um contexto imediato, a partir do momento específico em que as manifestações tornam-se acontecimento para os leitores do jornal; e em sentido mais amplo, devem ser analisadas a conjuntura político-social e o jogo imagético-discursivo a partir da relação entre a empresa *Folha* e o sujeito leitor, com vistas à formulação do discurso sobre o evento Manifestações em um contexto situacional dado, fruto da presentificação imersa ideologicamente no já-dito, no pré-construído.

Nesse sentido, o contexto histórico cria condições para que o discurso sobre o levante popular seja *este* e não *aquela*, uma vez que leva em conta o perfil da empresa *Folha* constituído historicamente, bem como sua característica associada ao que pode ser proferido sobre a situação imediata do acontecimento. Assim, no jornal, busca-se, através de gestos de leitura, perceber o levante popular sob a ótica do que é possível dizer a partir das Condições diretas de Produção de discurso da empresa. Isso porque o discurso produzido por esta está envolto por apagamentos, deslizos, opacidade, e tenta a todo custo validar suas impressões sobre o assunto em questão, intitulado de Caderno Poder a seção responsável pela divulgação do episódio, tendo este nome, no jornal, a força de formular e assim circular os efeitos de sentido, criando *Formações Imaginárias* e (re)construindo a imagem do sujeito manifestante para o público leitor.

Para se compreender essas formulações, é preciso que se leve em conta que a Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio entre a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo, em que o cerne do conhecimento, da “interpretação” sobre os acontecimentos será formulado pelas formas-materiais que a constituem, uma vez que “o que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer” (LAGAZZI-RODRIGUES; ORLANDI, 2006, p. 14).

Nesse meandro, é válido destacar que, ao separar língua de fala, Saussure ([1916] 1975) separa o que é social do que é histórico, uma vez que analisar a língua era considerá-la enquanto sistema que tem sua organização e funcionamento próprios; já a fala, segundo o autor, era assistemática e desorganizada, não sendo, portanto, o foco dos seus estudos. A partir disso, nasce a polarização não dicotomizada entre língua e discurso como necessária para os estudos linguísticos, entendendo o sujeito como componente importante para a compreensão da língua em sua estrutura e acontecimento, pois, no discurso, o social e o histórico são indissociáveis.

Portanto, partindo da concepção de Pêcheux ([1969] 1990), o discurso é mais que uma transmissão de mensagem (em uma crítica à Teoria da Comunicação, de Roman Jakobson), é efeito de sentidos entre os interlocutores envolvidos no processo, pois não há uma linearidade entre enunciador e destinatário. Eles já são tocados pelo simbólico (LAGAZZI-RODRIGUES; ORLANDI, 2006), uma vez que os sujeitos se relacionam e participam do discurso a partir de circunstâncias estabelecidas historicamente. É dessa relação que os efeitos de sentido circulam, dando margem à ativação de sua memória discursiva. Por isso, na AD é fundamental considerar o sujeito e a situação para “ler” e “interpretar” uma construção textual-discursiva dada.

Contudo, o sujeito e a situação só são definidos através da relação que o discurso estabelece com suas Condições de Produção, ou seja, sua exterioridade. Então, chegamos à noção de que a situação no discurso deve ser pensada em sentido estrito e em seu sentido amplo. No caso dos cartuns, a situação imediata são as Manifestações Populares ocorridas no Brasil em 2013, em que as

circunstâncias de enunciação compreendem sujeitos manifestando em prol de causas sociais, de mudanças políticas. A situação em sentido amplo compreende o contexto sócio-histórico e político de realização do levante popular no país e toda sua conjuntura, ou seja, o fato de que, em nossa sociedade, manifestações dessa natureza são realizadas em períodos esporádicos, representando, assim, a luta dos sujeitos democráticos de direito, que enunciam seu Poder através da coletividade.

A partir dessa perspectiva, é válido destacar que as revoltas populares, como as ocorridas em junho de 2013 no Brasil, a qual iniciou-se em torno do aumento da tarifa de ônibus, estão imersas na história das metrópoles brasileiras (MARICATO *et al*, 2013), sendo (re)formuladas a cada movimentação ideológica, situacional e política pela qual sofre a sociedade. Dentre outras mobilizações de massa, este período no país se revelou como “o ano mais incompreendido de toda a nossa história” (MORGENSTERN, 2015, p. 18), pois a tentativa narrável de elucidar a construção do evento Manifestações de 2013 no Brasil acontece por meio do cenário da previsibilidade. Uma tentativa vã. Também não foi porque o “gigante acordou”, ou seja, não foi porque personagens configurados como *sujeitos* manifestantes voltaram a clamar por direitos, mas sim devido a uma série de questionamentos que uniram manifestantes em prol de causas, embora diferentes, comuns a eles. Assim, a partir dessa ótica, entende-se que “as manifestações marcaram um ano que, até agora, não acabou” (MORGENSTERN, 2015, p. 19).

Como um gesto de interpretação do acontecimento, descreve-se a lógica de desenvolvimento das manifestações a partir do dia 6 de junho, no centro de São Paulo, às 18h. De um lado, encontrava-se a Avenida 9 de julho e, do outro, a maior via expressa da cidade, a 23 de maio. Foi nesse trajeto que o paulistano percebeu que o trânsito havia parado. Bandeiras vermelhas saiam de ambas as laterais das avenidas. Na ligação norte-sul da cidade, que corta o centro pelo túnel do Anhangabaú, a fumaça formava-se como nuvem no céu. Os dois lados do túnel tinham sido incendiados. Símbolos ditatoriais estavam estampados nas bandeiras. O trânsito estava parado por protestos, passeatas e manifestações. Mas o nome evidenciado no dia seguinte na imprensa era completamente desconhecido, e atendia pela inicial MPL – Movimento Passe Livre, uma

Organização suprapartidária (sob o nome fantasia de “apartidária” dos partidecos de extrema esquerda que não recebem, somados, 1% dos votos em eleições, mas que conseguem criar notícias e pautar o debate público como *superstars* criados *ad hoc*.

(MORGENSTERN, 2015, p. 22)

Ao acompanhar o desfile de reivindicações, o sujeito, por uma relação interdiscursiva, associa as passeatas a outros movimentos, como o MST (Movimento Sem-Terra), por exemplo. Bancas de jornais e comércios destruídos, em um movimento que engaranhou certa de 5 mil manifestantes, sendo a maioria composta por jovens universitários de classe média, sem apoio da população, conforme o autor (*idem*). A partir de então, as condições de produção de discursos que vigoraram davam margem a formulações depreciativas sobre o *sujeito* manifestante, o qual, muitas vezes, na não transparência do seu papel, tem sua imagem projetada, construída imaginariamente com modificações, tornando-se ora estigmatizado, ora enaltecido pelos meios midiáticos.

Assim, para se reportar ao construto fatídico que mobilizou a história, materializando as marcas ideológicas da mídia no real, é mister revelar que a comunhão de imagens e dizeres pela *Folha* se configura a partir de uma tentativa de “leitura”, de “interpretação” sobre o levante popular, entendendo-o como “movimento de massa reivindicatório e genérico, das multidões urbanas [que exige] benesses políticas pela força” (MORGENSTERN, 2015, p. 27). Isso porque, não são todos que se configuram dessa maneira. “Falamos aqui da massa política, as ruas cheias – cheiíssimas, apinhadas de gente, em revolta, mas sem sequer entender direito o que está fazendo” (MORGENSTERN, 2015, p. 27).

Diferente de outros manifestos em que a discursivização reivindicatória provinha das narrativas plantadas para a mobilização das massas, a exemplo das guerras do Iraque e do Golfo, a chamada *infowar*, a guerra de narrativas (MORGENSTERN, 2015), materializadas em jornais e na mídia, de modo geral; a passeata “não é só pelos vinte centavos” traz uma novidade, a internet.

O primeiro grande movimento na virada da década que causou mudanças significativas no modo como se percebe os levantes populares, por sua movimentação no campo social e político, foi a Primavera Árabe, de contexto similar ao MPL, uma vez que este ganhou ainda mais respaldo ao ponto de discursivamente se proliferar por todo o país nos meses de junho e julho, através do uso das redes sociais, da internet. Além desses, outros movimentos de grande magnitude podem ser citados, a saber, o encontro da OMC em Seattle, em 1999, e marchas como a do Exército Zapatista de Liberação Nacional mexicano – EZLN, que também fizeram uso da “grande rede” para maior aceitação. (MORGENSTERN, 2015).

No Brasil, os movimentos populares, como o de junho de 2013, foram interpretados a partir de uma conjunção de imagens e dizeres sobre o acontecimento, que em sua constituição foi formulado, muitas vezes, pela mídia, a partir de narrativas como esta

Bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de *sujeito*, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria existência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre.

(MARICATO *et al*, 2013, p. 14)

Assim, a partir dessa elucidação, entende-se à luz da Análise de Discurso Francesa que, o que acontece no momento imediato das manifestações não exclui o contexto mais amplo e, dessa forma, a discursivização adquire sentido. Além disso, as Condições de Produção ainda consideram a memória discursiva, o interdiscurso.

Convém salientar também que, na AD, o *sujeito* não é empírico, físico. Deve-se considerar a posição sujeito projetada no discurso. Isso permite dizer que há na

língua mecanismos de projeção, de passagem da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Nessa perspectiva, enunciador e destinatário interagem, enquanto sujeitos, mostrando diferentes posições sujeito. É nessa relação que as *Formações Imaginárias* aparecem inscritas no discurso, a partir da imagem que o sujeito faz de seu interlocutor, da imagem que ambos fazem de si, e da imagem que fazem do objeto do discurso, o que, a partir de Pêcheux ([1969] 1990) pode ser entendido:

Expressão que designa as Formações Imaginárias (FI)		Significação da Expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IFSP (FSP)	Imagem do lugar de jornal para Folha de S.Paulo (FSP)	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IFSP (SL)	Imagem que a Folha de S.Paulo tem do Sujeito Leitor (SL)	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	ISL (SL)	Imagem que o Sujeito Leitor faz sobre seu lugar de leitor	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	ISL (FSP)	Imagem que o Sujeito Leitor faz do jornal Folha de S.Paulo	“Quem é ele para que me fale assim?”

Quadro 1 — Quadro das formações imaginárias das imagens dos sujeitos sobre seus lugares sociais

Temos, assim, no jogo das formações imaginárias, o sujeito que se projeta no lugar do seu interlocutor, assumindo sua posição, para antecipar-lhe a resposta, tudo isso por meio do mecanismo de “antecipação”.

Partindo do quadro de Pêcheux ([1969] 1990), entendemos que a *Folha* projeta a sua imagem de jornal através do que ela pode enunciar como veículo de comunicação, assim, elabora cartuns que possam argumentar a situação imediata do levante popular e mostrar a posição da empresa sobre o sujeito manifestante no Brasil. Tudo isso acontece por meio do mecanismo de antecipação, sendo este o grande responsável pelo que dizer em uma determinada conjuntura social e

situacional. Nesse sentido, “a troca da linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra” (LAGAZZI-RODRIGUES; ORLANDI, 2006, p. 16).

E nessa perspectiva, a *Folha* ganha notoriedade e poder uma vez que está em posição de destaque enquanto jornal que têm leitores que corroboram com as ideias e posições assumidas por este sobre o discurso em questão. Sendo assim, a empresa, já tendo formulado a imagem da posição sujeito leitor do jornal, antecipa o perfil do seu interlocutor para atingir a argumentação de forma profícua, sendo, portanto, nesse jogo imaginário discursivo, o “mais eficiente com a palavra”, uma vez que a projeção da posição social ocupada pelo folhetim é o que mais é levado em consideração (LAGAZZI-RODRIGUES; ORLANDI, 2006). E nessa compreensão, não se trata de discursivizar sobre o jornal *Folha de S.Paulo*, mas da imagem que a sociedade faz da empresa e, também, da imagem que esta faz de seus leitores.

Ademais, além da antecipação, as relações de sentido fazem parte dessas Condições de Produção do discurso. Por ser todo discurso imerso em relações de sentido, os dizeres são associados a outros dizeres, por meio do mecanismo de ativação da memória discursiva, do interdiscurso. Deve-se levar em conta, também, que as CPs do discurso se constituem por meio das relações de força. Nesse caso, na interlocução, a *Folha* se carrega de Poder que a constitui, não ocupando uma posição neutra. E para trabalhar com os limites dessa interpretação como parte do processo de significação, é preciso reconhecer que “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2007, p. 26), pois “compreender é saber como o objeto simbólico produz sentidos” (*idem, ibidem*).

Todavia, as CPs do dito não fornecem a “liberdade” do dizer, pois o discurso percebido no jornal *Folha de S.Paulo* durante o contexto imediato do acontecimento Manifestações não é propriedade sua. As palavras não pertencem a quem as proferiu. Elas significam e são construídas na história e pela língua. Por isso, em uma visão adâmica, o sujeito pensa ser origem do dizer, mas não domina nem

tampouco tem acesso ou controle sobre o modo como os sentidos são constituídos a partir dele (ORLANDI, 2007).

Isso porque há uma relação entre o que já foi dito, o pré-construído, e o que está sendo dito na presentificação, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou entre a constituição do sentido e a sua formulação. Em uma releitura à concepção de Courtine (1984), a autora

explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.

(ORLANDI, 2007, p. 32-33)

Dito isto, o discurso sobre as manifestações inscrito nos cartuns da *Folha* seria composto pela sua formulação e também pela historicidade a respeito do evento no país, ou seja, o saber discursivo que foi sendo construído ao longo da história e que foi, a partir disso, enunciando, uma vez que a memória tornou possível determinados dizeres para os sujeitos que fazem parte do contexto situacional e que representa o eixo da sua constituição, o interdiscurso.

Nesse sentido, o que condiciona a produção do discurso é a constituição anterior à sua formulação, pois para enunciar o sujeito se coloca na perspectiva do dizível, isto é, do interdiscurso, da memória discursiva. Assim, a construção do dizer presente na *Folha* sobre o levante popular depende da constituição histórica desse evento na sociedade, uma vez que todo dizer está na zona de congruência entre a memória (constituição) e a atualidade (formulação) (ORLANDI, 2007).

Além disso, as CPs destacam o que é relevante para a discursivização. Ao pôr em funcionamento o interdiscurso, absorve-se a exterioridade para que esta esteja na superfície das palavras, no interior do discurso. Isso porque, segundo Pêcheux (1983), o interdiscurso delimita como um acontecimento histórico, em sua exterioridade, é suscetível de vir a instaurar na superfície intratextual e

intradiscursiva continuamente, sem deixar de ser coerente neste espaço à sua própria memória.

Dessa forma, as condições de produção do discurso inscrito nos cartuns da *Folha* permitem que a discursivização faça sentido a partir dos diferentes objetos simbólicos, como as palavras, as quais já faziam parte de um conjunto de formulações anteriores e que havia sido esquecida. Elas já carregam o sentido da sua construção através da história e da língua. Isso porque, no interdiscurso, fala uma voz sem nome, segundo Courtine (1984). Assim como as imagens, que enunciam através da sua união com as palavras e, também, a partir de sua própria formulação, uma vez que “uma imagem é associada a outra no imaginário do leitor sem que tenha indicações visíveis de sua relação” (INDURSKY *et al*, 2013, p. 99), pois, segundo os autores

Analisar imagem é acompanhar sua errância, é deslizar com ela “entre imagens”, não é possível detê-la. É por essa trilha argilosa que seguimos na busca de um dispositivo que nos permita observar, acompanhar o percurso da imagem, sempre incerto, fluido, errante, mas jamais imune de significação. (INDURSKY *et al*, 2013, p. 99)

Desse modo, a leitura das imagens nos cartuns do jornal provoca uma reflexão sobre aquilo que “numa imagem a faz significar por aquilo que não está nela, nem no suporte, propriamente, mas está na memória discursiva, mostrando que na linguagem, seja visual ou alfabética, o sentido é linguístico-histórico” (DIAS, 2014, p. 92). Nesse sentido, Orlandi (2012a) ressalta a importância da leitura da imagem, pois esta produz uma significação. “Ou seja, a imagem é discurso” “não é transparente, é materialidade (ORLANDI, 2012a, p.61-63). A imagem tem, portanto, sua materialidade constituída na relação com a exterioridade constitutiva. Nessa relação, imagens outras funcionam como já-dito de uma “textualização do sentido, mas isso não quer dizer representação como se o sentido tivesse sido dado aprioristicamente” (DIAS, 2014, p. 92).

Nas Condições de Produção, as filiações às redes de sentido não acontecem de forma voluntária, mas por meio da nossa imersão à ideologia e devido ao

inconsciente. Assim, o fato de sermos afetados por determinados sentidos e não por outros é devido ao nosso assujeitamento à língua, a relação que esta tem com a história e do equívoco que faz parte das formulações ideológicas. Por isso, é preciso reconhecer nas formulações da *Folha* o dito e resgatar a constituição do discurso no não-dito, percebendo que a sua presença está na ausência do dizer, visto que “só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2007, p. 34).

Por isso, é mister destacar a conjuntura social e política pela qual passou o país historicamente, até chegar ao período das Manifestações, em junho de 2013, para se compreender a formulação enunciativa do jornal sobre o evento.

As manifestações populares fazem parte de um construto histórico e ideológico em que os sujeitos envolvidos reivindicam seus direitos e criticam as decisões políticas frente às questões associadas à educação, saúde, transporte, entre outras de interesse coletivo. Assim, os cartuns mostram que, através de discursos cômicos e de risos são formuladas críticas sobre um determinado assunto, neste caso, sobre o levante popular ocorrido no país em junho de 2013.

A constituição desse evento pela empresa *Folha*, então, designa o lugar que o sujeito ocupa no levante popular, o qual deve ser relacionado ao histórico de repressões a movimentos como este ocorrido no período supramencionado. Nesta abordagem, é importante destacar episódios marcados na constituição da história do Brasil e evidenciados em sites como o wikipédia, uma enciclopédia livre que disponibiliza informações acerca da ‘Passeata dos cem mil’, por exemplo, que foi uma manifestação popular que ocorreu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, - período em que vigorava no Brasil a Ditadura Militar - e foi organizada pelo movimento estudantil, contando com a contribuição de vários setores da sociedade.

Além disso, cabe resgatar, pela memória discursiva, o caso do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, no Brasil, período este marcado pelo ‘Movimento dos caras-pintadas’, representando a população que estava insatisfeita com a situação do país, devido ao direcionamento inadequado da verba pública.

Em 2013, alastraram-se reivindicações sobre maiores investimentos em saúde e educação, entre outras questões, além de questionar-se a realização da Copa das Confederações e, conseqüentemente, da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. O portal UOL do *Grupo Folha* divulgou entre os períodos de 08 a 30 de junho informações sobre as passeatas realizadas por centenas de milhares de pessoas em várias cidades divulgando em cartazes e bandeiras slogans que exigiam mudanças. Entre os discursos que mais circularam estão: “Vem! Vem pra rua! Vem!”, “O Gigante Acordou.” e “Não é por 20 centavos.”.

Essas bandeiras foram classificadas como mais "festivas", no caso da primeira “Vem! Vem pra rua! Vem!”; mais conservadoras (a formulação de "O Gigante Acordou" foi associada aos mesmos setores nacionalistas que apoiaram os militares no período da Ditadura Militar, nos anos de 1960 a 1980); e algumas usaram bordões percebidos como apartidários (“Não é por 20 centavos”, a qual se referia ao aumento da tarifa de ônibus em São Paulo e em outras capitais).

A partir disso, a formulação dos discursos na/pela *Folha*, através da divulgação dos cartuns, mostra que o sujeito manifestante, com sua mobilização, é capaz de transformar a sociedade. Como exemplo, pode ser citada a aprovação do projeto de Lei nº 5.500/2013, em 26 de junho, que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 25% restantes para a saúde, segundo o Portal UOL.

Além disso, vale destacar que, as redes sociais deram um suporte para que a discursivização das reivindicações se proliferasse com mais rapidez, dando ao *sujeito* manifestante capacidade de articular encontros e estimular o engajamento e participação da sociedade em prol de várias causas sociais e políticas. Assim, tanto as redes sociais como outros meios de comunicação, como a *Folha*, auxiliam na divulgação de movimentos sociais; no caso específico deste jornal, os cartuns cumprem essa função no Caderno Poder, o que possibilita gestos de leitura sobre a enunciação da empresa frente ao evento, uma vez que “a maioria dos *corpora* discursivos tratados na AD (...) são *corpora* de discursos políticos [-] extraídos do campo discursivo singularmente restrito dos discursos produzidos pelos órgãos de imprensa” (COURTINE, 2009, p. 55).

Nesse percurso representacional dos manifestantes no Brasil, a disseminação de ideais divergentes ficou por conta das táticas dos Black Bloc os quais buscaram descaracterizar o levante. Por isso, alguns cartuns discursivizam sobre a imagem do sujeito na posição de manifestante de modo negativo, associando-o a “sujeitos sem causa”, que não teriam um propósito ao participarem desse tipo de evento.

Portanto, as condições políticas e sociais do período em ação conjunta com a constituição do evento Manifestações através da memória discursiva permitiram que o jornal *Folha de S.Paulo* enunciasse o evento (re) formulando a imagem do sujeito manifestante a partir das relações de força em que eles ora eram “interpretados” como “sujeitos sem causa” ora como aqueles que “cresceram” e que, portanto, são capazes de mudar a realidade do país, através de suas reivindicações.

Assim, o arquivo selecionado permite “ler” a composição situacional do Brasil em junho de 2013, pois trata-se de um *corpus* discursivo que, conforme Courtine (2009, p. 54) é “como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso”, entendendo que a “constituição de um corpus discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de pesquisa” (*idem*).

Mas, para isso, a constituição deste *corpus* discursivo deve responder minimamente às exigências de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade” (GARDIN; MARCELLESI, 1974 *apud* COURTINE, 2009, p. 56). O primeiro ao destacar a importância da exploração do fato discursivo; o segundo por indicar o cuidado que se deve ter ao tirar conclusões gerais a partir de um fato constatado uma única vez; e o terceiro, e, mais difícil para a AD, pois trata-se do princípio da coerência discursiva.

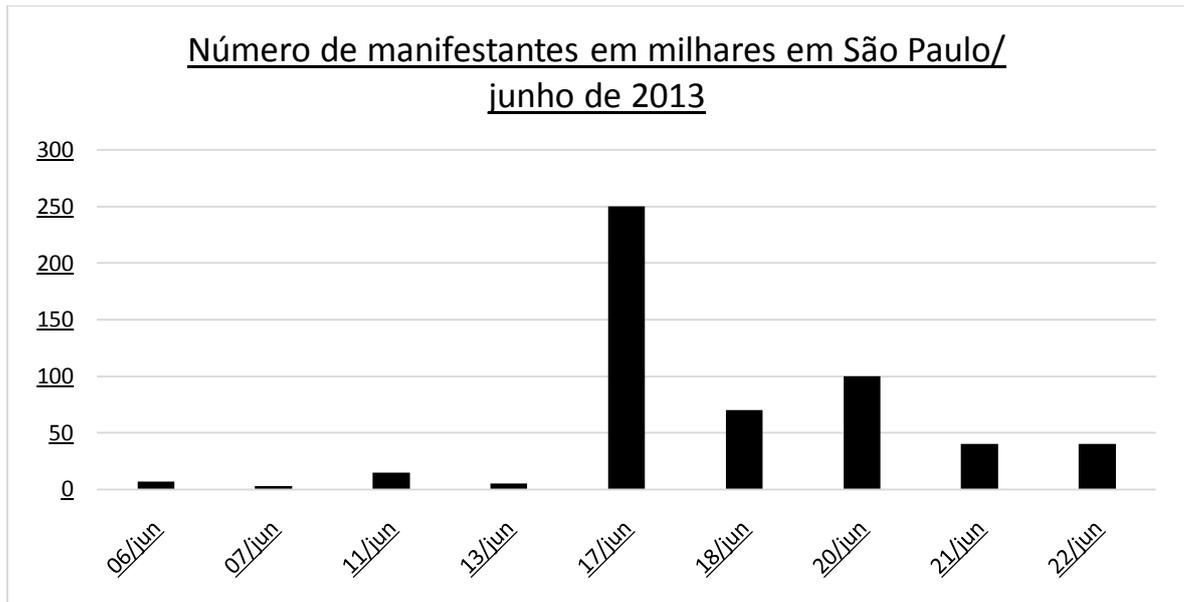
CAPÍTULO IV - DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

4.1 Das ruas

4.1.1 Imagem discursivizada: a marcha pelo acontecimento

As mobilizações sociais ocorridas no país, apesar de toda sua complexidade, apontam para uma questão em comum: a população precisa da atuação do Estado para promover serviços públicos de qualidade. A partir de iniciativas como a de junho de 2013, um processo refratário se sobressaiu, o da concepção que se tinha sobre as manifestações e a que se passou a ter, a partir das mobilizações de rua, as quais se tornaram expressivamente legítimas como manifestações políticas, sendo, então, reconhecidas como relevantes para a sociedade, instaurando no Estado Democrático o direito de ir e vir da população. Nessa conjuntura analítico-perceptiva, o desafio agora é a consolidação dessas mobilizações como movimentos sociais que se impõem como práticas de enfrentamento, e passar pelo esquecimento na memória coletiva, pelo não reconhecimento como eventos de apenas preenchimento de ruas e avenidas. (MARICATO *et al*, 2013).

Assim, as Jornadas de junho de 2013 causaram perplexidade porque, embora o manifesto tenha surgido do aumento da tarifa de ônibus em mais de cem cidades do Brasil, mesmo após baixarem o preço da passagem as manifestações continuaram. Como se pode ver no quadro 2 abaixo:



(MARICATO *et al*, 2013, p. 73)

Nos dois primeiros atos, cerca de 2 mil pessoas estiveram presentes nas avenidas da capital paulista. Até o terceiro dia em destaque no quadro, nota-se uma semelhança com protestos de ruas anteriores à sua realização; é quando o MPL ainda arregimentava sua capacidade de organização. As estimativas iniciais foram fornecidas pela Polícia Militar de São Paulo. O quarto ato, apesar de tímido, provocou uma mudança significativa no transcorrer do percurso trilhado até então. Houve uma grande participação da polícia promovendo a represália, na tentativa de inibir o Movimento. Devido a isso, posteriormente, o Instituto Datafolha estimou que cerca de 250 mil pessoas foram protestar, prestando solidariedade ao MPL. Maricato *et al* (2013) explica que,

Segundo a *Folha de S.Paulo*, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%. Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes. (*idem, ibidem*. p. 71).

No dia 18 de junho, parte da população continuava a reivindicar não só pela redução do preço da passagem, mas também por outras questões como corrupção,

melhorias na saúde, educação, entre outros. Tal ato desencadeou na redução do preço da tarifa de ônibus e também do metrô (MARICATO *et al*, 2013).

Nos levantamentos feitos nos dias 20 e 22 de que trata o quadro 2, a pauta das reivindicações praticamente duplicou. De um lado, o MPL liderava os interesses populares, em que o sentido dessa organização era ascendente, ou seja, surgia de baixo para cima. De outro, a pauta de massa, organizada de cima para baixo, como se seguisse uma hierarquia. O fato é que, o mais relevante a se destacar dessa observação não é o conteúdo abordado, defendido, ideologizável por cada um, mas sim o processo de interpelação da “vanguarda” entre os demais, uma vez que o discurso de cima para baixo é impositivo, apelativo. Apesar de surgir pela base, na pauta massificada o *sujeito* manifestante vai de encontro à representação política, estabelecendo uma crítica generalizante sobre a figura emblemática, performática do profissional político, embora não critique o modo de produção da política, tornando-se sua discursivização um emaranhado de abstrações.

Por isso, os meios midiáticos proferem o dito dos protestos como uma simples soma das partes que de modo fragmentado se proliferam nas ruas. Assim, por vezes, as manifestações tornam-se monopolizadas pelos veículos de informação e são designadas como um *flash mob*⁵.

A mudança alcançada com as manifestações de massa representou uma vitória para o Movimento e uma alteração na imagem fixa, inalterável que se tinha de movimentos populares ao longo da história. Isso refletiu na construção imagética que se formulou nos meios midiáticos sobre o *sujeito* manifestante, não mais fixa, pelo contrário; uma imagem imprevisível, fluida, que varia conforme o contexto imediato, mas que tem raízes profundas na relação com a interdiscursividade e com a memória coletiva.

Por isso, Lagazzi (1998, p. 24), ao parafrasear Barthes, afirma que “é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se apresenta como senso

⁵ Trata-se de aglomerações instantâneas de pessoas em determinado local para realizar uma ação previamente inusitada que tenha sido combinada. Tem por característica a rápida dispersão. A expressão geralmente é utilizada para designar reuniões organizadas por e-mails ou por meios de comunicação social, como as redes sociais digitais.

comum”, pois, como aponta Orlandi (2012a, p. 60), “há toda [uma] distância que separa a ‘realidade’ do ‘fato de significação’. Sendo assim, a imagem contemporânea de levantes populares não pode ser vista como “evidente”, mas funciona como “operadora da memória” (idem), uma vez que essa imagem faz parte do funcionamento da memória discursiva na relação que esta tem com o acontecimento. Dessa forma, há uma interligação entre o registro que se faz da realidade e a associação que este tem com a memória social. Nesse sentido, é importante destacar que, a memória social deve ser percebida, segundo a autora (2012a, p.60),

Ao que diz Durkheim [sobre] representação (coletiva) [...] A questão da memória social, ou a memória coletiva como trabalha Halbwachs, nos traz claramente a questão da relação entre o simbólico e a ideologia, se a pensamos em termos discursivos. E se refiro a Durkheim é porque, através dele, se faz o deslocamento da posição Kantiana e se passa da consciência coletiva (morfologia social) para as representações coletivas (simbolismo coletivo). Passa-se a pensar o dualismo da natureza humana não mais na relação corpo e alma mas em relação a suas condições sociais. A vida coletiva é feita, para Durkheim, de representações.

(ORLANDI, 2012a, p. 60)

A partir dessa afirmação, compreende-se que a imagem pode, além de representar a realidade, manter as relações sociais fortemente, uma vez que ela causa interesse pela sua eficácia simbólica. Nesse meandro, analisar uma imagem é ativar a produção de significados, já que esta não se apresenta como pronta, mas sujeita à interpretação. Contudo, o dizível pode variar conforme a leitura desenvolvida, atentando-se para o dado que vira fato, para os discursos que emanam da imagem e os efeitos de sentido provocados com a sua circularização.

4.1.2 Imagem e memória do ser *sujeito* manifestante no Brasil: repetições e interdições

A Jornada de Junho de 2013 no Brasil se configura como um acontecimento memorizado que traz no intradiscorso de sua formulação, de um lado, o efeito da repetibilidade e de reconhecimento da imagem do *sujeito* manifestante como a recitação de um velho fenômeno corporificado na historicidade constitutiva brasileira; de outro, uma alteração horizontal sobre o ser *sujeito*, entre as possibilidades, as condições de produção do dito sobre ele, frente à ideologia subjacente ao nome: manifestante.

Desse modo, as imagens e dizeres apresentados neste trabalho (*corpus* colhido no mês de junho, no jornal *Folha de S.Paulo*) suscitam uma reflexão sobre o funcionamento dos sentidos que emanam e são provocados por estas discursividades, a partir de três momentos que os produzem, a saber: a constituição, a formulação e a circulação (ORLANDI, 2012b).

DATA:

IMAGEM 1:



O primeiro cartum divulgado pela *Folha de S.Paulo* sobre as manifestações de junho no país reuniu materialidades simbólicas como imagem e dizeres funcionando como uma hibridização verboicônica, na tentativa de representação do ser *sujeito* manifestante, além de mostrar como suas ações o ajudaram a lhe identificar como tal pelo folhetim. Essa proximidade entre diferentes materialidades sustenta uma discursivização sobre o que acontecia no Brasil no dia 08 de junho, a partir da versão formulada e circularizada pela mídia que tematizava, a cada dia, o foco (ou não) dos protagonistas do levante popular, pois “apesar de a maioria dos

jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação” (MARICATO *et al*, 2013, p. 72-73).

Através do jogo de palavras, a *Folha* anuncia: “Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus”. O arranjo discursivo formulado pelo jornal incita na identificação do *sujeito* manifestante como o responsável pelo caos, pela desordem na sociedade, a partir da presentificação dos fatos: “causam medo, param marginal e picham ônibus”. Essa série de ações encadeadas conduz o leitor a uma construção da imagem do manifestante como aquele que gera problemas, conduz o local ao caos.

Esta, ao passo que se aproxima do discurso pela reprodução do ato de vandalismo, distancia-se do dizível devido à elaboração imagética do *sujeito* manifestante, uma vez que a representatividade de tal papel descrito na enunciação da manchete destoava das antecipações previsíveis do imaginário coletivo, pois o sujeito que promove a desordem social é materializado, a partir do pré-construído, como um “ser sem causa”, um adolescente cujo pai vai buscá-lo. Entretanto, segundo a versão do folhetim, não é qualquer adolescente que promove a desordem social, mas o de classe média, por isso designado como “ser sem causa”, aquele que sem motivos estaria nos locais estratégicos para causar o caos, destruir o patrimônio público. Este não se caracterizou como protagonista para trazer transformações de melhorias nos serviços públicos, na redução da tarifa do transporte; todo o caos evidenciado possivelmente o identifica como jovem que atea fogo ao patrimônio público sem causas reais. E quando há a suspeita da chegada da polícia: “Acende logo! É a polícia?”, logo se projeta na posição de *sujeito* filho: “Não, meu pai vem me buscar daqui a pouco.”, a partir do jogo imagético de Pêcheux ([1969] 1999), mostrando a fluidez de valores representativos da atual configuração dessa categoria formulada e circularizada pela *Folha de S.Paulo* por meio do cartum.

Na imagem, livros, papéis, cadeiras e mesas são empilhados. O manifestante da esquerda risca uma caixa de fósforos para atear fogo nos materiais reunidos, enquanto o da direita levanta os braços, em um ato típico de

demonstração à polícia sobre o seu não envolvimento com a situação, e de que não está armado. Há, portanto, toda uma construção performática de dizeres e imagem que combinam para apresentar o *sujeito* protagonista do contexto Manifestações. Nessa perspectiva, observa-se que quem levanta a mão é o da direita cujo pai irá buscá-lo. Nesse caso, há toda uma construção que reforça o seu medo de ser incriminado pela polícia, de ser reconhecido pela família, fato esse que romperia com a ordem social já estabelecida, uma vez que no imaginário coletivo não há uma consonância entre a realização do evento por jovens de classe média. Na mesma imagem, há o manifestante da esquerda que assume a responsabilidade pela destruição do patrimônio público, em uma ação a *la black block*, e aquele que não concorda e que mesmo buscando romper com a inércia social, o faz a partir de uma submissão aos aparelhos ideológicos do Estado, como a família e a polícia.

Ademais, as roupas e a construção dos traços performáticos evidenciados na imagem os colocam na posição de estudantes secundaristas, que buscam uma participação efetiva como membros participantes dos movimentos populares da contemporaneidade, mesmo que sua participação se resuma neste primeiro momento à destruição.

Nesse caso, a imagem produz discursos que resgatam a memória, através do interdiscurso, e passa, então, a ser inscrita no imaginário sócio-coletivo sobre o ser *sujeito* manifestante. Entretanto, é preciso destacar que

Não é a semelhança entre a imagem e o objeto representado que conta, mas a relação que se estabelece entre as imagens, entre os sentidos recuperados pela memória discursiva. E para que os sentidos atribuídos pelos autores sejam aceitos pelos seus leitores é preciso haver o que Eco (1979) chama de “pacto” entre autor e leitor.

(INDURSKY, 2013, p. 98)

O “pacto” de que trata a citação é fortalecido a partir da relação interdiscursiva entre o manifestante ‘preso’ à presentificação dos fatos e o manifestante dado pela historicidade. Essa associação se estabelece por meio da similaridade, que ora apresenta o novo perfil performático entre as possibilidades do ser *sujeito* manifestante, ora este se encontra num emaranhado envolto de previsibilidade, entretanto, repleto de interdições. Ou seja, o novo

manifestante, pelo fenômeno da repetibilidade, nada mais é que a ativação, pela memória coletiva, do que o imaginário sócio-discursivo havia constituído sobre o papel que este deve ocupar enquanto *sujeito*. Contudo, torna-se novo no interior do discurso pela flexibilização de ações, fluidez de atitudes sujeitas a interdições, uma vez que o contexto amplo pode, pela similaridade, ser o mesmo, mas o contexto imediato leva em consideração outras questões relevantes que suscitam modificação atitudinais para promover a mudança efetiva do que se pretende.

Por isso, é preciso, em um gesto de leitura, tentar compreender a imagem em seus trajetos de memória (PÊCHEUX, 1999) a partir de sua descrição, a qual conduz a uma observação equívoca de sua materialidade. Dessa forma, o sentido não é construído na relação indistinta entre descrição e interpretação; pelo contrário.

É ao colocar a estrutura em relação com outras possibilidades estruturais no jogo da história, é ao dar lugar à descrição pelo procedimento parafrástico, que a evidência de um sentido pode ser relativizada e o analista pode dar consequência ao movimento da interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos.

(FLORES *et al*, 2015, p. 177)

DATA:

IMAGEM 2:



No segundo cartum, a discursividade é promovida também pela conjunção de imagens e dizeres, todavia, é a imagem a materialidade de onde emanam mais efeitos de sentido, que, em ação conjunta com as palavras, convida o leitor a um resgate da memória discursiva sobre a historicidade, através da utilização

da pedra. Este utensílio por si só também enuncia tomada e, por conseguinte, mudanças de atitude, se pensado numa abordagem temporal.

A manchete anuncia: “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”. Nessa conjuntura organizacional, a imagem do *sujeito* manifestante ganha uma configuração depreciativa como consequência do ato de atirar pedra, uma vez que ações dessa magnitude provocam um rearranjo, uma transgressão sobre os valores da prática cidadã, sobre o que pode ou não ser feito, sobre o modo como a pedra deve ou não ser usada. Outrora, como utensílio de trabalho, nomeando o período como “Idade da Pedra”; na contemporaneidade, utilizada para desencadear protestos violentos, com atitudes que caracterizam os protagonistas dessas ações não mais como manifestantes, mas como “vândalos”.

Essa versão difundida pela *Folha* é realçada ao se observar o ambiente circundante em que o “sujeito com a pedra” está inserido. Atitudes anteriores ou simultâneas ao “jogar a pedra” tinham sido realizadas, como atear fogo aos arredores do local visitado, dando margem a uma construção imagética de que todo manifestante é conduzido para desempenhar o mesmo papel, de “arruaceiro sem causa”. No “ontem”, de acordo com o cartum do dia 13 de junho, a *Folha* discursiviza que o uso da pedra tinha uma finalidade, um propósito, uma meta: aprimorar um material a partir desta como ferramenta de trabalho. “Hoje”, é quebrar vidraças e promover o caos na sociedade.

Assim, é válido destacar os efeitos metafóricos que estão presentes em todo o procedimento analítico, bem como seus mecanismos parafrásticos (ORLANDI, 2015). Nesse meandro, numa tentativa interpretativa, podemos dizer que a pedra simbolicamente representa, do lado esquerdo, a sapiência do homem na tomada de decisões, seus propósitos bem estabelecidos, a sustentação de suas ideias no momento da articulação, na verbalização do dito, a partir de preocupações reais; do lado direito, a mudança de atitude do homem que, ocupando a posição de manifestante, a partir do construto histórico dado pela conquista de uma posição ideologizável, torna-se vândalo, pela invasão de um espaço público, pela transgressão de leis, pela violação de direitos, pela exacerbação da autoridade sobre o outro, indo além-do-já-dito, representando um apagamento dos valores que se preconizavam sobre o ser *sujeito* manifestante, provocando um

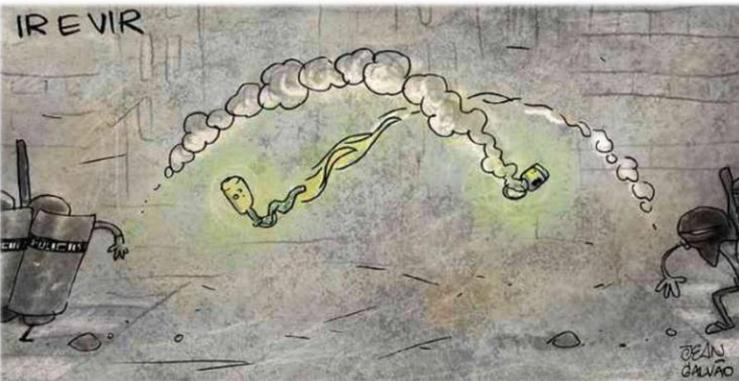
deslizamento de sentidos sobre sua constituição, mudança essa que passa a circularizar pelos/atraves dos meios midiáticos.

Isso porque, como afirma Indursky (*et al* 2013, p. 96),

O deslizamento de sentido entre uma representação e outra ressalta a opacidade da materialidade imagética, mostrando que além da língua, a imagem também “falha” conforme o termo de Gadet (1978), desliza no equívoco, ou ainda, nós deslizamos no equívoco de vermos na imagem a “representação” de um objeto do mundo e, por isso, temos a ilusão de sua transparência.

(INDURSKY *et al* 2013, p. 96)

Quanto ao dito na manchete: “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”, pode-se perceber que a consequência do vandalismo desencadeará a reação ofensiva do governo paulista contra os ataques dos manifestantes. Todavia, significar a manifestação como vandalismo e, por conseguinte, o manifestante como vândalo é legitimar a prática ostensiva do Estado através da polícia e, por conseguinte, deslegitimar a manifestação, o que pode ser percebido no próximo cartum da *Folha* sobre o evento.

DATA:	IMAGEM 3:
<p>“Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos”</p> <p>Subtítulo: “presidente é hostilizada três vezes; em protesto antes do jogo, 30 pessoas são detidas”.</p> <p>16 de junho de 2013</p>	

A manchete e o subtítulo da matéria do jornal sobre o levante popular segue a linha interpretacional de que manifestantes “vaim e hostilizam a presidente do Brasil”, “deixam feridos”, chegando a serem “presos”. Por essa trajetória, a imagem formulada pela empresa *Folha* é de que o aumento da passagem de ônibus, que a *priori* era a causa das manifestações de massa, agora estava à

margem das discussões, pois a pauta do MPL no dia 16 de junho escondia-se para evidenciar não mais o conteúdo, mas a forma, a força que essa massa ganhava, e a que proporção chegaria para atingir uma causa que nem mesmo o *sujeito* manifestante, idealizado na versão do folhetim, saberia.

A imagem materializada pela *Folha*, diferente dos cartuns anteriores a esse sobre o evento em questão, mostra um perfil performático do *sujeito*, que na posição de manifestante, torna não transparente sua imagem, uma vez que o que interessa é evidenciar suas atitudes, em detrimento da sua feição. A sua identificação desconfiguraria o propósito em questão, pois há uma disputa de espaço e poder com o sujeito policial em um jogo enunciativo de “ir e vir” discursivizado pelo cartum, operacionalizado no simbólico pelo silêncio que ecoa da imagem analisada. É, portanto, no silêncio que o significado se solidifica. É na “guerra fria” travada e evidenciada na imagem que a noção de poder se instala, na tentativa de saber quem é o mais forte. Mas, agora, o manifestante não é visto como similar a outros representados pelo jornal; desta vez, é caracterizado pelo capuz. Assim, numa busca pela inserção entre os manifestantes, o sujeito descrito no cartum se exclui do MPL, dando destaque à aparição neste episódio fatídico dos Black Blocs⁶.

Nesse sentido, cabe destacar, consoante Orlandi (2012b), que muitas vezes o dito é uma simulação da essência do que se quer dizer. E a sua significação não se encontra apenas nas entrelinhas da película imagética, ou na superfície das palavras, mas no silêncio das vozes que ecoam entre a palavra e a imagem.

Assim, o gesto de interpretação dos cartuns sobre o levante popular é permeado, num movimento de entremeio, a partir da temporalidade e dos tropeços e apagamentos que se tenta compor na verboiconização do evento. É entre o dizer e o não dito que se conquista a significação (ORLANDI, 2012b). Isso porque,

⁶ Segundo Francis Dupuis-Déri (2014, p. 10), “os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os Black Blocs por vezes recorram à força para exprimir sua tática radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um Black Bloc é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político”.

[Na] relação entre palavra e silêncio: a palavra se imprime no contínuo significante do silêncio e ela o marca, o segmenta, e o divide em sentidos discretos, constituindo um tempo (*tempus*) no movimento contínuo (*aevum*) dos sentidos em silêncio [Sendo assim], os sentidos têm uma relação necessária com o silêncio, onde o silêncio não é a falta de palavras [-] e onde o “branco” não é a ausência de sentidos. (ORLANDI, 2012b p. 128 - 129).

Nesse percurso de análise, o espaço de composição da imagem materializada na *Folha*, a cena enunciativa em que se estabelece a relação interdiscursiva entre os sujeitos envolvidos torna-se relevante para a compreensão do evento na versão disponibilizada pela empresa. Nela, a construção espaço-local se configura como uma rua sem saída, em que a opção ofertada é “ir ou vir”, em oposição ao registro verbal do cartum “ir e vir”.

Essa relação “ou” e “e” destacada nesta visão pode ser entendida como um paradoxo, em que, ao mesmo tempo que se escolhe, “ir” e “vir”, dando ênfase ao coadunamento de ideias com o outro lado, à parceria que pode ser firmada, ao invés da oposição, pois pode-se “ir” ao encontro do outro e “vir”; pelo “ou” tem-se uma escolha. Por outro lado, o dito inscrito na imagem releva que esta opção de parceria já fora descartada. Há, então, discursos díspares, distintos, contrastantes, e, por isso, “ir e vir” mostra uma não convergência de ideias (como poderia supor a semântica do conteúdo presente no “e”), mas um “toma-lá-dá-cá”. Isto é, o que for ofertado também será recebido. Nesse caso, o sujeito policial joga um gás para apaziguar o levante de massa, enquanto, simultaneamente, como se para neutralizar a ação do sujeito policial, o manifestante encapuzado lança um material e, a partir disso, chamas de fogo são ateadas.

Nessa tomada de ações percebidas apenas pela imagem fornecida pela *Folha*, a iniciativa de onde partiu a ação ofensiva não ficou evidente, mas torna-se relevante destacar a versão da empresa ao discursivizar no supramencionado cartum que polícia e manifestante não estão do mesmo lado. O primeiro assume o papel de sujeito que deve resguardar a segurança da população; em contrapartida, aquele promove a desordem social por meio da violência, o que mostra a interpretação da empresa frente à figura do ser *sujeito* manifestante: um vândalo.

À medida que os movimentos populares engaranhavam mais adeptos às diversas causas verbalizadas, o governo brasileiro bem como seus grupos de apoio encontravam no silêncio a tomada de decisão: era preciso ouvir as massas. Isso pode ser percebido na representação dada pelo jornal sobre o episódio do dia 17 de junho no Brasil.

DATA:

IMAGEM 4:



A manchete enuncia: “Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje”. Nessa trajetória sobre a construção da imagem do *sujeito* manifestante, a *Folha* destaca a preocupação dos governos com a disseminação dos movimentos pelas ruas do país, fazendo-se necessária a convocação de uma reunião com os representantes do então novo, mas forte MPL. Sendo assim, o dito evidencia não mais uma imposição de regras de conduta sobre o que deve ou não ser feito pelo *sujeito* na posição de manifestante, a partir da represália para barrar o levante popular. Pelo contrário. Havia um “pedido”, quase uma oferta de conciliação.

Nesta análise, a figura emblemática dos macacos, que inicialmente faz referência à sapiência dos governantes, além de mostrar a origem da tomada de decisão, uma vez que pela historicidade o macaco deu origem ao homem, não o inverso, agora, por sua vez, estavam surdo, cego e mudo, respectivamente, como se nada quisessem ouvir, ver, pois nada tinham a declarar sobre as reivindicações que dominavam o país. O jornal com essa representação enfatiza um retorno à espécie anterior ao salientar que a sociedade atual,

intelectualmente desenvolvida não consegue organizar suas questões por meio da palavra, do pensamento, tendo que utilizar a força para alcançar os propósitos pretendidos em uma negociação. No entanto, voltar a ser macaco é negar nossa capacidade de representação simbólica; é voltar à organização social darwiniana em que o mais forte sobrevive.

A hierarquia composicional da imagem a qual representa também o grau de ascendência dos poderes circulariza, através do jornal, a posição dos governos municipal, estadual e federal sobre o evento. O municipal, por não conseguir dominar a realização nas principais avenidas da cidade, prefere fazer-se surdo ao invés de ouvir “as vozes da cidade”; o estadual, preocupado com a proliferação das manifestações de massa nas cidades, torna-se cego para “fingir” que não viu seu teor negativo para o estado; enquanto o governo federal torna-se mudo e, então, o silêncio passa a significar as manifestações como legítimas, atribuindo-lhe, portanto, o direito de continuar.

Assim, o silêncio outra vez torna-se essencial para a interpretação sobre o evento Manifestações, pois, conforme Orlandi (2012b, p.128), este é um tipo de silêncio denominado por Político, o qual se subdivide em: silêncio constitutivo e silêncio local, ou censura. No caso do quarto cartum, trata-se de um silêncio constitutivo, pois “para dizer é preciso não dizer”, uma vez que “todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos”. Portanto, o sujeito na posição de governador federal cala-se, mas nem por isso deixa de dizer; apenas a ausência da palavra mostra “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”.

Assim, questiona-se: que silêncio é possível ser lido na ausência do dizível no quarto cartum? O que o dito significa e o que o não-dito pode significar na rede de sentidos formulados sobre as manifestações? A partir da análise sobre o silêncio presente na ausência do dizível sobre o fato, percebe-se um deslizamento de sentido que produz efeitos outros. Isso porque o discurso tem sua forma material na palavra ou na falta dela, ausência que acaba por significar, dando margem ao acontecimento (ORLANDI, 2012b). Neste caso, o não dito pode significar a transferência, a passagem, a mudança atitudinal do governo no tocante ao papel ideologicamente autoritário para o de liderança a ser combinada

pela aceitação de acordos firmados em benefício de ambas as partes; por assim dizer, um “pedido” de parceria e, como consequência, pelo fim dos manifestos.

DATA:	IMAGEM 5:
<p>“Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”.</p> <p>18 de junho de 2013</p>	 <p>- Pode parecer estranho, mas, para mim, esta paisagem é de uma beleza acachapante.</p>

No quinto cartum, a empresa formula a imagem do caos urbano, revelando a situação dos locais após o acontecimento das manifestações; um verdadeiro cenário de destruição. No chão, papéis, pedaços de madeira, sacos plásticos, chinelos esquecidos formando um emaranhado de lixo. No ar, nuvens de fumaça, chamas de fogo tentam esconder a visibilidade da destruição de casas, prédios, áreas comerciais ameaçadas pela euforia e ímpeto da massa participante do evento. Desordem e devastação se instauram no Brasil.

É no fervor, na proliferação do levante popular por todo o país que surge a figura emblemática do *sujeito* policial materializada no cartum. Sua participação faz-se imortal na memória discursiva da coletividade. O poder instaurado na posição ideologicamente circunscrita na sociedade, de defesa da honra, da segurança e da garantia de promover a ordem social o configura como partícipe do movimento ao longo da história. Logo, frente à promoção e disseminação da violência no ambiente público, o *sujeito* policial surgiu, nesta versão,

provavelmente após o término da realização do manifesto, ou foi ele mesmo que pôs fim ao levante, apaziguando o ambiente.

O discurso presente no cartum, realizado pela posição-sujeito-policial, diz que: “Pode parecer estranho, mas, para mim, esta paisagem é de uma beleza acachapante”. Versando sobre a noção de sentido, compreende-se, assim que, na produção do enunciado supracitado emanam efeitos de sentidos que correspondem às formações ideológicas e discursivas, as quais constroem a imagem do *sujeito* policial de forma negativa, pois o que a figura representa não corresponde a uma bela paisagem, mas a uma situação de destruição de patrimônio público. Sendo assim, tal verbalização pode ser compreendida como uma apreciação ao fato, como se o policial que, embora estivesse no local para coibir a manifestação talvez pudesse concordar com ela, estando ali para contemplar a força do levante popular.

Entretanto, é na apaziguação do movimento, mesmo que a paisagem seja de destruição, que o *sujeito* na posição de manifestante assume o controle da situação. A expressão “acachapante” serve, então, na caracterização do caso descrito como sendo incontestável, cabal e absoluta, ou seja, resolvido. O dito, assim, revela o cumprimento do dever, da missão que competia ao policial enquanto *sujeito*. Dessa forma, o dado, a ordem vira fato consumado e o fato dá continuidade a mais um dia escrito sobre o acontecimento.

Sendo assim, a imagem sobre o (dis) curso dos protestos ora criminaliza a ação policial, ora a ação dos manifestantes, com uma condição: “a violência de um [neste caso, do *sujeito* na posição de manifestante] é juridicamente criminalizada, enquanto a do outro [o *sujeito* policial] é [agora] juridicamente legitimada” (STROTTMANN, 2015, p. 17), mostrando que a memória discursiva e a historicidade sobre os movimentos populares se fazem presentes na formulação do dito.

Nessa perspectiva, vale ainda destacar que a participação do *sujeito* policial não se resume apenas a sua aparição imagética no cartum da *Folha*, mas a uma trajetória histórica percorrida para sua construção como tal. Sua participação efetiva nos movimentos populares é carimbada no imaginário coletivo, a partir de eventos como a ‘Passeata dos cem mil’, por exemplo, uma manifestação popular que ocorreu no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, - período em que vigorava no Brasil a

Ditadura Militar - e foi organizada pelo movimento estudantil, contando com a contribuição de vários setores da sociedade; e o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, no Brasil, período este marcado pelo 'Movimento dos caras-pintadas', representando a população que estava insatisfeita com a situação do país, devido ao direcionamento inadequado da verba pública. Ambos os movimentos foram também repreendidos pelo *sujeito* policial, que por sua vez representava a categoria, devendo defender os ideais do governo em seus respectivos momentos histórico-políticos.

As posições assumidas tanto pelo manifestante nos levantes populares como pelo policial fazem parte de construções com lugares definidos objetivamente, em uma interpretação dada que revela a representação subjetiva dos sujeitos nesses lugares, uma vez que “em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo” (COURTINE, 2009, p. 49).

Pelo interdiscurso, infere-se que, a partir do contexto e da situação historicamente constituídos, há a formulação da imagem do *sujeito* manifestante, bem como surgem os efeitos de sentido dos enunciados, pois, como afirma Maldidier (2003, p. 96), “sentido se forma na história através do trabalho da memória.”. Isso explica o fato de os efeitos de sentido resgatarem os acontecimentos anteriores a ele, sendo assim necessários para a compreensão da discursivização na atual conjuntura política em que foram realizadas as manifestações no país.

Nesse meandro,

“Pêcheux (1975) [...] afirma que o dizer de um sujeito inscreve-se, sempre, por identificação, em alguma Formação Discursiva que autoriza certos discursos e impede outros. Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma Formação Discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer.”

(INDURSKY, 2003, p. 2)

Isso posto, podemos entender que a *Folha* se significa como *sujeito* midiático ao discursivizar sobre o *sujeito* manifestante, ressignificado na contemporaneidade. Este tem uma constituição imagética pré-formulada pela empresa (através do interdiscurso), ao discursivizar sobre, quando, pela ausência da figura do manifestante, o cenário ganha vez, notoriedade, simbolizando a identificação do *sujeito* manifestante: um iconoclasta, selvagem, bárbaro, destruidor. Era preciso, então, a intervenção da polícia.

Nessa conjuntura composicional, o cartum revela que

Na dinâmica dos protestos de junho a maior alteração registrada no gráfico anterior [quadro 2] resultou da ação policial. O ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de “classe média” pode ter facilitado a solidariedade ao movimento. Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão *natural* contra trabalhadores organizados, e sim sua apropriação pela imprensa.

(MARICATO *et al*, 2013, p. 74)

Essa “solidariedade ao movimento” pode ser percebida na formulação da *Folha* no dia seguinte (imagem 6), quando a “direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes - mas com sua própria pauta”, materializando que, apesar de seu conteúdo defensável, o dito, bem como as ações desempenhadas pelo grupo de manifestantes, disseminam a violência, e, a partir dessa discursividade, a imprensa se apropria da pauta, colocando em cheque o movimento.

DATA:

IMAGEM 6:

“Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo. PM tarda a agir”.

Subtítulo:

“Manifestação começa pacífica, com mais de 50 mil pessoas na praça da Sé, mas grupos levam caos à região central”.

19 de junho de 2013.



A pauta que deu início às manifestações de junho de 2013 no país foi o aumento da tarifa de ônibus nas principais capitais. Desse modo, o cartum rememora o percurso discursivo do evento ao produzir a imagem de um helicóptero no qual sua hélice é similar a uma catraca de ônibus. Num movimento sonoro que lembra o funcionamento deste meio de transporte, as “vozes da cidade” ecoam em consonância com o transcorrer de sua passagem em meio a uma multidão, a partir da sequência: “Catraca, traca, traca, traca, traca”. Ao mesmo tempo em que estas expressões ativam a memória na presentificação de reivindicações sobre os fatos, podem configurar o movimento de passagem livre o qual o *sujeito* manifestante solicita durante a revolta “não é só pelos 20 centavos”, valor este adicional ao preço da tarifa de ônibus, e que teria gerado o início da jornada.

Tomando como base a sequência de formulações verboicônicas que o jornal vem traçando sobre o manifesto através dos cartuns, é possível perceber as alterações quanto ao número de manifestantes reconhecidos pela *Folha*. Antes, o *sujeito* era representado pela ausência de sua figura (imagens 4 e 5), encontrando no silêncio sua (re) significação; por um (imagens 2 e 3) ou dois personagens performáticos (imagem 1); agora, pela coletividade (imagem 6), evidenciando que a massa ajudou a expandir o movimento.

Ademais, é preciso destacar a contribuição da manchete e subtítulo da notícia para a compreensão sobre a composição do dito a partir da hibridização de

imagens e dizeres. Na manchete, as palavras registradas são: “Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo. PM tarda a agir”. O “ato” a que se refere a verbalização está relacionado às ações desempenhadas pelo *sujeito* na posição de manifestante, o qual alavancou ataques violentos à prefeitura em uma prática denominada de “vandalismo”. Assim, o jornal segue uma linha de significação já materializada em outros cartuns, mas, desta vez, o *sujeito* policial chega atrasado e, portanto, perde o controle da situação, o que pode também significar, ainda que veladamente, certa adesão dos policiais às atitudes dos manifestantes.

Nessa versão, o folhetim discursiviza sobre a ascendência do movimento que ganha vez e voz não só pelo número de pessoas adeptas às ideias (como mostra a imagem), mas também por causar medo, pois, apesar de começar pacificamente “com mais de 50 mil pessoas na praça da Sé”, alguns “grupos levam caos à região central”, solidificando a circulação de uma imagem negativa com relação ao manifestante.

Dessa forma, afetadas pela memória, a imagem e suas discursividades auxiliam na formulação do dito sujeito a deslizos, apagamentos, interdições. Mas, é preciso destacar que

quando nos referimos à formulação, estamos considerando tanto a formulação da própria imagem, quanto a formulação do dizer sobre ela. E, ainda, o fato de a memória poder ser atualizada justamente pelas discursividades da imagem visto a possibilidade de a imagem funcionar como um operador de memória, como assinala Pêcheux (1999) ao retomar Davallon (1999).

(COSTA, 2014, p. 104)

DATA:

IMAGEM 7:

“Protestos de rua
derrubam tarifa”

20 de junho de 2013



Na passagem do sexto cartum para o sétimo, há uma alteração sobre a imagem do *sujeito* manifestante, a qual contrasta com as formulações anteriores. É possível comprovar a ascensão de sua figura no levante popular. Esta versão infográfica veiculada no dia 20 de junho evidencia já na manchete sobre o acontecimento que: “Protestos de rua derrubam tarifa”.

Neste cartum, é possível perceber que a discursivização é versada a partir do jogo de imagens com *Formações Imaginárias* de que trata Pêcheux (1969/1990) e pelas formações discursivas, a partir de Foucault (2002). Nele, há um entrecruzamento das linguagens verbal e não-verbal que ajudam a compor a imagem que o sujeito político tem do manifestante, a imagem que tem do referente, e a imagem que o *sujeito* manifestante têm da posição sujeito político, bem como a imagem que têm do que é enunciado.

Junto à imagem, nas palavras: “Afim, quem vocês pensam que são?”, a *Folha*, pelo mecanismo da antecipação, faz projeções de como o sujeito político formula imagetivamente o *sujeito* manifestante, como sendo desprestigiado, marginalizado socialmente, e que, portanto, não deve promover levantes populares. Essa versão materializada no cartum resgata, pela memória discursiva, as relações de poder de que trata Foucault (2002), uma vez que o *sujeito* protagonista dos manifestos é constituído no dizível do jornal como sendo não responsável pela alteração no campo social, competindo apenas ao *sujeito* político qualquer modificação legal. Na verdade, ao afirmar que “protestos de rua derrubam tarifa” há uma subversão da ordem, já que caberia aos políticos essa ação.

Além disso, a imagem estigmatizada que o folhetim faz circular sobre o *sujeito* manifestante é evidente não só no dito, mas também pela construção da imagem de ambos: o político usa terno, simbolizando ideologicamente uma posição de prestígio social, enquanto o manifestante é performatizado em trajes simplórios, com tênis sem cadarços (como típicos adolescentes alternativos, que querem romper com os padrões da sociedade) – revelando o posicionamento convidativo do jornal para se analisar o acontecimento a partir da luta de classes constituída na historicidade.

Contudo, nesta imagem, a *Folha* mostra que, apesar de marginalizado socialmente, o *sujeito* manifestante têm um histórico de reivindicações que foram atendidas, o que fez com que eles “crescessem” literalmente no movimento, tornando este evento oportuno e provocando, assim, a instauração de uma nova ordem social na qual o poder, nesta situação, emana não mais em uma hierarquia, ou seja, de cima para baixo, mas das massas, da “voz das ruas”.

Isso porque, consoante Indursky (2003, p. 106),

As oscilações de sentido sinalizam que os sentidos deslizam, e se transformam, se re-significam; elas são indicativas de que o sentido não se cristaliza, pois, em sua circulação social, diferenças são produzidas, as quais são responsáveis pela instauração da diferença no seio da Formação Discursiva em que se inscrevem.

(INDURSKY, 2003, p. 106)

A partir da compreensão da autora, em um gesto de leitura sobre a versão do jornal frente à imagem formulada sobre o *sujeito* manifestante, observa-se a não cristalização dos sentidos do dito no interior do interdiscurso. Os deslizamentos, as ressignificações fazem parte dessa composição acerca do acontecido, e, assim, tornam-se responsáveis pela instauração da diferença na construção da imagem que se faz do protagonista do manifesto. Ou seja, inscreve-se no interior da Formação Discursiva sobre este *sujeito*, o novo, envolto de repetibilidades, mas com interdições, as quais permitem que o já-dito seja reconfigurado, para que possam ser escritas outras páginas sobre sua participação em levantes populares no Brasil.

Não é à toa que o enunciado causa estranheza, pois ele coloca em questão justamente a ideia de representação [que deveria estar] presa à forma [da imagem.] [Entretanto] (...) abre espaço para se negar o visível e assim dá a

ele um sentido possível: o de não ser aquilo que, na imagem, por semelhança [ao dito], parece ser.

(COSTA, 2014, p. 104)

DATA:	IMAGEM 8:
<p>“Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”.</p> <p>21 de junho de 2013.</p>	

Os saberes sobre as manifestações fazem parte da memória e da historicidade sobre o acontecimento, os quais estão presentes no interior da repetibilidade. Sendo assim, os discursos se repetem numa tentativa de discursivizar sobre o pré-construído, instaurando o velho no novo. Dessa forma, a *Folha*, enquanto *sujeito*, lança mão de uma versão que “lineariza esses saberes, os enunciados, em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na repetibilidade.” (INDURSKY, 2003, p. 102).

Na manchete, tem-se o enunciado: “Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”. Em seguida, a imagem complementa a discursividade, além de enunciar, por meio do silêncio, o antes e o depois da convocação da presidente, uma vez que

O silêncio significante também está submetido aos mecanismos discursivos de produção e formulação. O silêncio é discurso. Mas ele tem sua materialidade própria, suas formas próprias de significar, fazendo significar de seu modo particular a interpretação, logo a ideologia, através de mecanismos diferentes dos de palavras. [Sendo assim,] (...) a reflexão sobre o silêncio nos faz compreender um aspecto fundamental, o da necessidade do sentido formulável: se um sentido é necessário, ele é possível. O silêncio é a garantia desta necessidade pois o não-dito, o silêncio, significa.

(ORLANDI, 2012b, p. 130)

Na composição da imagem, o gesto de leitura sobre esta se dá de cima para baixo, na tentativa de interpretar como aconteceu o contato entre os sujeitos: político e manifestante. *A priori*, a comunicação se estabelece por meio de bandeiras de cores diferentes, sobre as quais se enuncia valores que cada sujeito idealiza dentro de suas possibilidades do dizer, a partir do lugar, da posição que ocupa no levante popular, pois “é a “posição” assumida no interior de uma formação discursiva que, de certa forma, demonstra o modo de assujeitamento do sujeito” (FLORES *et al*, 2015, p. 59).

As bandeiras apresentadas pelo político no início da suposta “reunião” estão evidenciadas pelas cores: verde, azul e vermelho (respectivamente nesta ordem). Nesse sentido, as cores podem ser “lidas” como representativas de partidos políticos envolvidos com a base governamental, como o Partido Verde (bandeira verde), Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (bandeira vermelha) e Partido da Social Democracia Brasileira - (bandeira azul). Há ainda uma relação direta entre as bandeiras azul e vermelha com os partidos. A de Fernando Haddad, vermelha, do PT; e a de Geraldo Alkimin, azul, do PSDB.

A bandeira verde de Dilma nos direciona a um fato: diferente do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, ela deixou de usar o botom do PT, evitando essa ligação partidária direta. Em relação à bandeira verde seria uma alusão ao governar para todos, já que o verde da bandeira representaria o país e não o partido (dos trabalhadores, apenas).

Além disso, a versão da *Folha* mostra um equívoco na reação às cores das bandeiras, as quais podem ter também associação direta com um semáforo. A cor vermelha evidencia a desaceleração, a parada; era, portanto, essa a finalidade que a bandeira vermelha deveria ter na imagem, de parar os manifestantes (ou seja, o PT deveria conseguir parar a manifestação, conter sua realização em esfera municipal, para que esta não tomasse maiores proporções, aumentando o caos urbano). Todavia, quando a segunda bandeira deixa de ser representada pelo amarelo e passa a ser representada pelo azul, rompe-se com o sentido de atenção, do incitar

os manifestantes a parar, uma vez que o azul representa um partido que não adere aos ideias preconizados pelo PT. Desse modo, segue-se, literalmente, a ordem do farol. Nessa conjuntura analítica, o próximo é o verde, de Dilma, o qual simboliza o avançar, passar por cima, seguir em frente, ou seja, é o próprio funcionamento do farol, que representa continuar a pôr em funcionamento a jornada. Sendo assim, a população avança, por ser instigada, por ser instaurada a significa e se significar nesse movimento de continuidade.

Soma-se a essa ideia o fato de o sujeito político estar fazendo sinal de carona, o que pode simbolizar o reconhecimento de que não podendo contrariar a massa, se coloca em posição de juntar-se a ela, sendo esse o motivo de uma reunião.

As bandeiras são levantadas, como num movimento de aceno aos manifestantes que “atropelam” não só o sujeito político, mas, principalmente, suas ideias. Essa reação é percebida na leitura do quadro que fica abaixo, selando o fim da comunicação sem sucesso que tentou estabelecer o sujeito político com o *sujeito* manifestante.

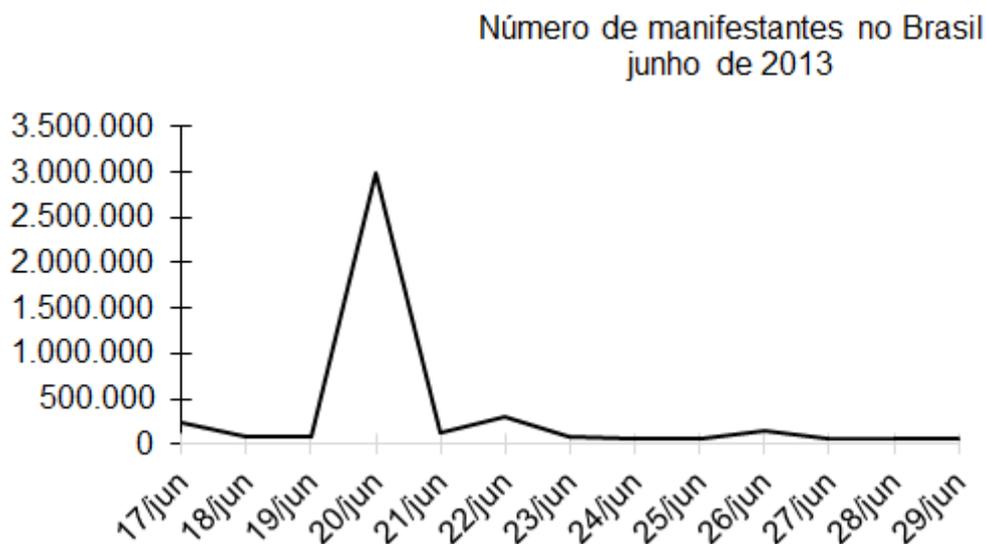
A formulação evidenciada pela *Folha* se constitui a partir do silêncio, que

É uma das instâncias em que se efetua o movimento: o sentido se faz movimento, a palavra segue seu curso, o sujeito cumpre os trajetos de seus processos de identificação, percorrendo diferentes fronteiras de sentidos. A imagem que pode nos fazer compreender esse processo é a do silêncio como desdobramento: o silêncio é o ponto (todo sentido é efeito de uma refração, todo discurso se funda no equívoco) em que o discurso se desdobra em outras palavras.

(ORLANDI, 2012b, p. 131)

Sendo assim, mesmo na ausência do dito, o jornal formula sentidos, discursivizando, significando, pois o discurso do silêncio “se desdobra em outras palavras”. Nesse meandro, a movimentação de sentidos ativada com a formulação da imagem 8 mostra resquícios da interpretação da mídia sobre a realização de manifestações no dia anterior (ver cartum 7), as quais, “concomitantemente à mudança ideológica e à fragmentação da pauta de reivindicações, [mostrou] (...)uma interiorização dos protestos, seguida pelo seu espalhamento” (MARICATO, *et al*, 2013, p. 76).

Assim, apesar de a manchete notificar que: “Protestos violentos se espalham pelo país (...) e de se afirmar que ”na manifestação de 20 de junho (...) o número de participantes no país foi o maior até então” (MARICATO *et al*, 2013, p. 74), pesquisas mostram que “(...) começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava *antipartidário*. (MARICATO *et al*, 2013, p. 75). Essa alteração quantitativa de que falam os autores pode ser vista no gráfico a seguir:



QUADRO 3 (Fonte: (MARICATO *et al*, 2013, p. 75)

A diminuição do número de participantes percebida na oscilação do gráfico revela a descentralização do MPL, devido à ”interiorização dos protestos, seguida pelo seu espalhamento” (MARICATO *et al*, 2013, p. 75). Isso explica na constituição do cartum o uso e as cores da bandeira e a derrubada do poder instaurado na figura do sujeito político, através da multidão “antipartidária” que invade, conquista e se prolifera em um espaço, como mostra a imagem 8.

Toda essa composição imagética sem palavras leva, segundo Orlandi (2012b, p. 131), à compreensão de que “o silêncio permite a incompletude na base da interpretação, dos trajetos de sentidos, dos deslocamentos dos sujeitos, movimento contínuo entre a repetição e a diferença”.

DATA:

IMAGEM 9:

“Dilma promete ouvir ‘voz das ruas’ e coibir ‘arruaça’ ”

Subtítulo:

“Na tv, presidente diz que receberá ativistas e propõe pacto político para melhorar serviços públicos”.

22 de junho de 2013



O nono cartum é composto por imagens e dizeres representando a versão da *Folha* frente ao percurso que vem traçando sobre a Jornada de Junho. Chegamos ao dia 22, quando, logo na manchete, o folhetim enuncia que “Dilma promete ouvir ‘voz das ruas’ e coibir ‘arruaça’”. A partir dessa formulação, inferimos que a conversa que se tentou estabelecer entre manifestante e político, tendo como base a defesa de ideias partidários do governo (uso de bandeiras simbolizam a inscrição do poder evidenciado na imagem 8), não agradou o *sujeito* manifestante, tendo sido, portanto, uma tentativa fracassada. A comunicação seria realizada com a presidente ouvindo a “voz das ruas” (imagem 9), só assim seriam evitadas “arruaças”.

Essa verbalização se coaduna com a imagem na qual os protagonistas do discurso e das revoluções de junho no país encontram-se agrupados em letras, formando sílabas, palavras, estabelecendo um elo para a formulação do texto: “Decifra-me ou te devoro”. O arranjo composicional materializado pela *Folha* conduz o leitor a um resgate da memória discursiva em sua historicidade, para

chegar à famosa citação da mitologia grega, em que a Esfinge diz a Édipo⁷, sem piedade: “Decifra-me ou devoro-te!”. Diante da revelação sobre seu infortúnio, o personagem Édipo é devorado pela Esfinge de modo lento e gradativo.

Na presente conjuntura apresentada no cartum, em que as manifestações ganham as ruas das cidades brasileiras, a relação estabelecida entre o dizível e a história revela a versão que o jornal circulariza sobre a imagem do *sujeito* manifestante, que tal qual a Esfinge da mitologia grega lança ao poder público o veredito: “Decifra-me ou te devoro!”. Pelo mecanismo de antecipação, a empresa discursiviza - a partir da similaridade que a situação possa ter com a história - que o manifestante tem o poder de prever o futuro do país (assim como a Esfinge), caso seu pedido não seja atendido. Desse modo, era preciso que os governantes e seus aliados “decifrassem” os questionamentos levantados em junho no episódio ocorrido, para que não fossem “devorados”.

Na imagem, letras, murmurinhos, vozes que protestam, mostrando, a partir do acontecimento do dizer, que as reivindicações levantadas no intradiscursos vão além das palavras; caminham em direção a uma charada: ou se sabe, de fato, o que querem ou a situação pode piorar. É nessa “verdade” não explicitada pelo *sujeito* protestante que se afirma, segundo Orlandi (2012b, p. 134), que “os sentidos são feitos de silêncios, indícios de que há em toda situação de fala relações que jogam com o não-dito, uma política do dizer determinada para fixar sentidos onde há múltiplos sentidos possíveis”. Outrossim, a frase: “Decifra-me ou te devoro!” remete à força do Movimento; ganha-se, a partir disso, uma unidade, um porquê para a luta, se não o próprio movimento perderia seu sentido.

Na composição formulada, com o subtítulo da notícia: “Na tv, presidente diz que receberá ativistas e propõe pacto político para melhorar serviços públicos”, o jornal evidencia o interesse do governo em selar um “pacto político” com os

⁷ Personagem da mitologia grega. Famoso por matar o pai e casar-se com a própria mãe. Segundo a lenda, Laio, seu pai, o rei de Tebas, havia sido alertado pelo Oráculo de Delfos que uma maldição iria se concretizar: seu próprio filho o mataria e se casaria com a própria mãe. Por essa razão, logo ao nascer, Édipo foi abandonado no monte Citerão tendo em cada pé um prego fixado para que morresse. Mas este foi recolhido mais tarde por um pastor que o batizou pelo nome "Edipodos", que significa "pés-furados", simbolizando sua situação.

“ativistas” para que, a partir de então, não existam mais “arruaças”. Nesse sentido, chama a atenção do leitor o uso de expressões como “arruaças” (presente na manchete) e “ativistas” (usada no subtítulo da notícia) as quais contrastam com a identificação que se faz do *sujeito* manifestante, sendo ora visto como “arruaceiro”, ora como “ativista”, uma vez que nestas palavras subjazem sentidos controversos, opostos. Todavia, a expressão “arruaças” aparece entre aspas, notificando que tal interpretação sobre o ser *sujeito* manifestante não compete às designações trazidas pela *Folha*, mas por um *sujeito* outro que proferiu o discurso. Dessa forma, a versão da empresa está legitimada e salvaguardada pelo dito atribuído a outro, pois, consoante Orlandi (2012b, p.129), “a materialidade da forma discursiva implica o funcionamento ideológico da palavra”.

DATA:	IMAGEM 10:
<p>“Maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas”.</p> <p>Subtítulo:</p> <p>“Em Belo Horizonte, confronto próximo ao estádio do Mineirão deixa 19 feridos”.</p> <p>23 de junho de 2013</p>	 <p>The cartoon depicts a man in a dark suit and tie, holding a microphone, addressing a group of five hooded individuals. The hooded figures are dressed in various styles of hoods and clothing, some holding sticks or tools. One hooded figure on the left asks, "AFINAL, PELO QUE VOCÊS LUTAM?" (Finally, for what are you fighting?). The man in the suit replies, "ORA! POR UM PAÍS MAIS TRANSPARENTE!" (Oh! For a more transparent country!). The background is a simple, light-colored wall with some faint lines suggesting a street or public square. The cartoon is signed "ANGELI" in the bottom right corner.</p>

No décimo cartum, a manchete diz que a “maioria dos paulistanos defende mais atos nas ruas”. Com isso, a *Folha* leva o leitor para a compreensão de um discurso de que há uma aceitação do levante popular, embora no subtítulo destaque que “Em Belo Horizonte, confronto próximo ao estádio do Mineirão deixa 19 feridos”. Essas construções confirmam o que há de notório na presentificação do movimento, mas também revelam a imagem que o jornal faz do *sujeito* manifestante: aquele que consegue grandes projeções (re)formulando a história, mas através de práticas

violentas, capazes de deixar “19 feridos”. É o pré-construído sendo reeditado numa nova situação.

Essa posição assumida pelo veículo de informação revela, no interior da formação discursiva, o assujeitamento do *sujeito Folha*, enquanto mídia, a uma injunção de (re) constituir a imagem do *sujeito* manifestante a partir daquilo que pode e deve ser dito conforme as práticas ideológicas legitimadas pelo Estado. Nesse sentido, é válido citar Althusser (1978 *apud* FLORES *et al*, 2015, p. 59) ao afirmar que

Sim, os sujeitos “caminham por si”. Todo o mistério deste efeito está contido nos dois primeiros momentos do quádruplo que falamos, ou se o preferirmos, na ambiguidade do termo *sujeito*. Na acepção corrente do termo, sujeito significa. 1) uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor responsável por seus atos; 2) um ser subjulgado, submetido a uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão. Esta última conotação nos dá o sentido desta ambiguidade, que reflete o efeito que a produz: o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos”.

(ALTHUSSER, 1978 *apud* FLORES *et al*, 2015, p. 59)

Assim, a discursivização versa sobre a relação estabelecida entre a mídia e os manifestantes, através da linguagem verbal e não-verbal. Na imagem, o sujeito repórter entrevista o *sujeito* manifestante proferindo a seguinte verbalização: “Afinal, pelo quê vocês lutam?”. A pergunta feita sugere a circularização da imagem de como a mídia percebe os manifestantes deste período. Nesse caso, o discurso evidencia a não-transparência e, por conseguinte, falta de linearidade de reivindicações sugeridas pelos protestantes do movimento. Isso porque estão presente no enunciado dúvidas sobre a finalidade da luta do *sujeito* e qual seu real objetivo. Ou seja, os manifestantes são vistos como sujeitos assujeitados a um condicionamento de alienação (por não saberem qual a razão da luta), é como se houvesse um grupo que conduzisse a grande massa pelos caminhos a serem trilhados, já que os manifestantes não saberiam sequer pelo que estavam lutando.

Numa tentativa de interpretação, um gesto de leitura a partir da versão da *Folha*, nota-se também a imagem pejorativa que o repórter antecipa sobre o *sujeito*

manifestante, a qual pode ser percebida através da sua ação performática de afastamento com o microfone na mão.

Assim, diante do *sujeito* que se encontra na posição de manifestante, há a formulação de enunciados outros que vão além da projeção imagética do cartum, imergem no interdiscurso, além de resgatar e, assim, introjetar o episódio fatídico ocorrido em 14 de junho, divulgado pelo endereço eletrônico www.uol.com.br, com uma repórter da *Folha*, a qual teve o olho atingido por uma bala de borracha lançada por policiais em conflito com manifestantes, caracterizando-se, assim, a repórter como vítima da violência promovida pelos “vândalos”. Isso certamente se representa pela formulação facial do repórter no cartum, um rosto assustado quando de sua aproximação e contato com os manifestantes.

Logo após a pergunta, o *sujeito* manifestante, de forma uníssona, responde: “Ora! Por um país mais transparente!”. Nesse caso, o jornal associa, numa relação paradoxal, o dito com a imagem do manifestante, uma vez que fica evidente a evasão dos propósitos e finalidades do movimento a partir da não objetividade da luta, das reivindicações no dizível, quer se tudo e por oposição, quer se nada; luta-se por tudo, e, luta-se por nada. Além disso, a própria composição imagética do *sujeito* nesta posição não se mostra “transparente”, pois este esconde sua identificação com o uso de capuz. Clama-se por transparência, mas a figura do sujeito manifestante esconde-se atrás de um capuz, próprio à caracterização dos marginais em cenas de assaltos, sequestros, dentre outras.

Nesse sentido, nota-se que o *sujeito* idealizado pelo jornal não está lutando por ideais enunciados nas palavras proferidas no dito, nem pela noção de mudança historicamente veiculada pelo imaginário sócio-discursivo da população, quando se trata de manifestações e manifestantes. O *sujeito* é configurado como aquele que quer apenas promover a desordem social. Isso pode ser evidenciado pela materialidade de utensílios destacados na imagem, como cassetetes, garrafas de vidro e extintores, por exemplo, que podem impulsionar práticas agressivas e intimidar a população.

Outrossim, não apenas o *sujeito* protagonista do manifesto e os utensílios utilizados por ele são destacados na imagem, pois, de acordo com Morgenstern (2015, p. 322)

O mais impressionante de todos os meios de destruição é o fogo. Ele é visível de longe e atrai mais pessoas. Além disso, destrói de modo irrevogável. Depois de um incêndio, nada permanece como era. Ateando fogo às coisas, a massa julga-se invencível. À medida que o fogo se propaga, tudo se junta a ela. Ela aniquila tudo o que lhe é hostil. Como se verá, o fogo é símbolo mais vigoroso que existe para a massa. E, terminada a destruição, o fogo, assim como a massa, tem de extinguir-se. [Assim], a imprensa, que comprou e vendeu a quimera da manifestação pacífica agredida apenas pela polícia, de repente vê diante de si, de longe, o que a massa era capaz de fazer, quando, finalmente, se sentiu poderosa.

(MORGENSTERN, 2015, p. 322)

Dessa forma, a imagem do *sujeito* manifestante é formulada negativamente não só pelo discurso proferido, mas principalmente pela sua figura representativa no folhetim: encapuzados, envoltos em chamas, manipulando objetos de cunho duvidoso. Além disso, o *sujeito* deste cartum questiona a não-transparência do país, o que pode ser entendido pelo nome “corrupção”. Contudo, os manifestantes que idealizam a transparência do sistema apresentam-se com os rostos cobertos, tendo, então, sua imagem associada à figura dos black blocs.

Partindo-se dessa perspectiva analítica, entende-se que “o protesto é um tipo de manifestação que mobiliza tanto ideologia quanto linguagem [. Assim, pode-se dizer que] “o discurso de protesto se apresenta como um espaço que, no próprio movimento da insurgência, engendra novas formas de assujeitamento” (STROTTMANN, 2015, p. 06). Neste caso, a partir da materialidade simbólica presente no cartum da *Folha*, tem-se “acesso não aos sentidos do acontecimento histórico, mas à historicidade dos efeitos de sentido daquele acontecimento tomado enquanto discurso.” (STROTTMANN, 2015, p. 06).

DATA:

IMAGEM 11:

“Dilma inicia pela saúde plano para estancar atos”.

Subtítulo;

“Presidente anuncia medidas para o setor e recebe lideranças do MPL”.

24 de junho de 2013.



O décimo primeiro cartum da *Folha* sobre as Jornadas de Junho chama a atenção para a composição do dito com a imagem. O sujeito político encontra-se em reunião com representantes do governo para uma decisão sobre o evento manifestações. O espaço escolhido pelo jornal para a divulgação do dito pelo sujeito é denominado “Standup comedy”. O termo refere-se a uma expressão idiomática ou gíria em língua inglesa.

Stand up significa ficar de pé; levantar-se. O nome se dá também por ser compreendido como um tipo de espetáculo de humor, onde o indivíduo faz sua performance em pé. Mas pode ser empregado em outras situações, como quando alguém falta a algum compromisso previamente marcado com outra pessoa. Assim, na versão da *Folha*, o (dis) curso sobre os protestos de junho de 2013 pode ser visto pelos representantes políticos como um espetáculo de humor, em que se assiste de pé à verbalização de questionamentos, de insatisfações. Além disso, o show de humor está ligado ao anúncio do sujeito político de triplicação da verba para saúde e educação. Outrossim, uma vez que o acontecimento é tomado como discurso, a nomenclatura “Standup” revela que alguém deixou de cumprir algum compromisso

previamente marcado com outra pessoa. Por isso, era preciso cumpri-lo, fazendo-se necessário a presidente “Dilma inicia[r] pela saúde plano para estancar atos” (manchete) e também “anuncia[r] medidas para o setor e recebe[r] lideranças do MPL” (subtítulo da notícia).

Quanto ao *Stand Up comedy*, é um espetáculo de humor que é apresentado por uma única pessoa, e não existe nenhum personagem. Apresentações desse tipo, geralmente, mostram um texto original, com temas relacionados ao cotidiano das pessoas. Sendo assim, no *stand up comedy*, o artista não faz uso de nenhuma ferramenta, como acessórios ou mesmo cenários pré-estabelecidos. Neste caso, as piadas são baseadas no dia-a-dia, sem terem sido formuladas anteriormente.

E nessa trajetória dialética que a empresa constrói com o leitor, há uma tentativa de introjeção, no imaginário coletivo, da imagem sobre como o sujeito político trata o episódio em questão: um momento digno de risos. Desse modo, as decisões sobre o que fazer para conter as manifestações são registradas por este veículo de informação como impensadas, no improviso. Essa é a “condição para que os sujeitos e sentidos possam ser outros, 'fazendo sentido do interior do não-sentido'”(ORLANDI, 2012a, p. 231). Isso porque, “assim como o sentido é tomado como um efeito, o sujeito se constitui como posição” (STROTTMANN, 2015, p. 10). No caso do cartum, os efeitos de sentido incidem a partir do sujeito na posição de político, o qual é configurado pela versão da *Folha* ora como ator – no momento de provocar o riso – ora como plateia de um espetáculo conduzido pelo *sujeito* manifestante, quando seu discurso é visto como piada.

Não era preciso, portanto, levar a sério a decisão de que “a presidenta ouviu a voz das ruas e irá triplicar a verba para a saúde e educação”. Mesmo porque o momento, o cenário preparado para anunciá-lo é organizado para mostrar o que é criado para ser cômico, não verdadeiro; para associar o dito não ao planejamento, mas ao improviso, numa tentativa de se conseguir a aprovação e os aplausos do espetáculo preparado para quem assiste.

Ademais, vale destacar, segundo Morgenstern (2015, p. 360-361), que

Chamando tudo de “democrático” (...) Dilma aproveitou para dizer que sua geração havia lutado para que a voz da rua fosse ouvida. (...) [então,] aproveitando o clamor das ruas por “saúde” e hospitais, garante que vai “trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS”. Ou seja, graças às manifestações, houve o programa Mais Médicos, que trouxe mais de 11 mil médicos cubanos para o Brasil.

(MORGENSTERN, 2015, p. 360-361)

Todavia, as medidas tomadas para atender às solicitações da massa não tiveram o apoio da população, uma vez que “os médicos cubanos também cometeram erros médicos às mancheias em seu trabalho no Brasil”, devido à “quantidade de receitas com gafes, erros grosseiros (...) receitando doses letais de medicamentos” (MORGENSTERN , 2015, p. 362). Para tentar reverter a situação, Dilma

Explicou até em sua campanha pela reeleição que os médicos cubanos eram mais “humanos”, tratando todos os médicos brasileiros como desumanos. Para corrigir um problema apontado em junho de 2013, Dilma cometia outro maior, depois outro maior ainda para tentar acobertá-lo e assim por diante, e ninguém a corrigia.

(MORGENSTERN, 2015, p. 362-363)

As palavras do autor associam-se ao cenário cômico do *Stand Up comedy* evidenciado no cartum da *Folha de S.Paulo*, onde o espetáculo de humor era trazido pelo sujeito político ao solicitar, frente às manifestações que clamavam por melhorias na saúde, um problema que se tornou maior, a entrada de “Mais Médicos no território brasileiro. Além disso, diante do descrédito do trabalho de profissionais cubanos, surge a desvalorização do sujeito médico com nacionalidade brasileira, gerando ônus para a situação já complicada.

DATA:

IMAGEM 12:

“Dilma sugere plebiscito para reformar a política”.

Subtítulo:

“Plano da presidente, em reação a protestos, é criticado por ministros do STF e pela oposição”.

25 de junho de 2013.

REUNIÃO COM GOVERNADORES E PREFEITOS



Em meio às reivindicações no (dis) curso dos protestos de junho de 2013, a figura representativa da presidente Dilma evidenciada na posição de sujeito político aparece no décimo segundo cartum da *Folha* estando perplexa, conturbada, com as mãos e os cabelos repletos de documentos nos quais possivelmente constam decisões sobre o que fazer para conter a massa manifestante. Esta, então, convoca uma “reunião com governadores e prefeitos”, “sugere plebiscito para reformar a política”, mas, o “Plano da presidente, em reação a protestos, é criticado por ministros do STF e pela oposição”.

Em um possível gesto de compreensão do cartum, evidencia-se a importância do dispositivo ideológico na seleção dos fatos a serem materializados no jornal, pois a partir dele nega-se a interpretação. Sendo assim, a *Folha* enquanto sujeito midiático “não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele (ele se identifica ao sentido, sempre já lá)” (ORLANDI, 2012b, p. 26). Dessa forma, “tem-se aí um efeito de evidência que produz no sujeito a ilusão de simplesmente “reconhecer” um “conteúdo” quando na verdade não há um conteúdo

transparente, mas apenas a linguagem em sua materialidade” (STROTTMANN, 2015, p. 14). Isso porque, segundo Orlandi (2012b, p.26), “o gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico”.

Assim, sob o efeito de apagar a exterioridade do dito, ou seja, sua alteridade, o sujeito evidencia a ilusão de ser origem do dizer, mas, de certo, o sentido é considerado já-lá. Dessa forma, no entremeio da descrição do jornal e a interpretação sobre os fatos, considera-se que “a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível de tornar-se outro” (ORLANDI, 2012b, p. 26). Por isso, no dispositivo de análise, leva-se em consideração o outro não apenas no aspecto linguageiro, mas o papel que desempenha na sociedade e sua trajetória de composição na história enquanto ser *sujeito*, para que se encontre no dito uma ligação e identificação com o real, ou mesmo sua transferência, e assim seja aberta a possibilidade de interpretar. Desse modo, tornamos-nos sujeitos assujeitados historicamente e constituídos pelo simbólico (ORLANDI, 2012b, p. 26).

Na manchete, a *Folha* destaca que “Dilma sugere plebiscito para reformar a política”. Na discursivização sobre as medidas de conter o levante nas ruas, o jornal mostra que o sujeito político “sugere plebiscito⁸”, uma medida para instalar uma Assembleia Constituinte que tratasse exclusivamente de reforma política. A verbalização sobre o plebiscito coaduna com o discurso da imagem que traz em sua composição bandeiras brancas presas ao cabelo da presidente, uma vez que a cor e a ação simbolizam a tentativa de se conseguir a paz nesse episódio.

Após essa declaração, um encontro com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coêlho, e representantes foi necessário para apresentar como seriam as mudanças previstas na legislação ordinária. Seria, então, prevista uma data oficial para a organização de um plebiscito que reunisse a população, dando-lhe o direito de votar a partir de perguntas feitas sobre a reforma. Neste caso, a reforma eleitoral e política por

⁸ Do Latim significa “decreto da plebe”. É um voto que originalmente, apenas os plebeus eram obrigados a realizar. Mas, atualmente, o plebiscito é um decreto convocado antes da criação da norma (ato legislativo ou administrativo), no qual os cidadãos, por meio do voto, aprovam ou não a questão que lhes for submetida.

meio de uma Constituinte seria referendada pela vontade popular, o que gerou críticas e preocupações de juristas, julgando a ação como imprudente, além de inviável. Dessa forma, o *sujeito* político corporificado na versão da *Folha* pela figura da então presidente Dilma Rousseff “em reação a protestos” teve seu “plano criticado por ministros do STF e pela oposição”.

Na formulação do dito, o jornal veicula a circularização da imagem do político à mercê das decisões do sujeito manifestante, na tentativa de controlar a interpretação do leitor frente ao que é visualizado na presentificação dos fatos. Assim, para discursivizar sobre o acontecimento, resgata a memória discursiva estruturada pelo esquecimento, esquecendo que “os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós” (ORLANDI, 2012b, p. 28). Com essa verbalização formada em ação conjunta com a imagem, o cartum traz uma versão da *Folha* sobre o episódio das manifestações, ao colocar em descrédito a ação desempenhada pelo político quando dá ao *sujeito* manifestante vez, voz e poder de decisão.

Além disso, em um gesto de leitura da manchete, o jornal pode com isso sugerir que, em meio à preocupação com o manifesto das ruas, se Dilma Rousseff “conseguir passar sua ‘reforma política’, apresentada como resposta e solução aos protestos”, sua decisão sendo aprovada se resumiria “apenas a uma forma de perpetuar o PT no poder com uma aparência de “democracia” (MORGENSTERN, 2015, p. 385). Nesse caso, ressalta o autor, que

A palavra “democracia” passou e passa a ser usada como um qualificativo genérico para absolutamente *qualquer coisa*, como um selo de aprovação e legitimidade imediata. A manifestação democrática, a violência democrática, a ruptura democrática.

(MORGENSTERN, 2015,p. 372)

DATA:

IMAGEM 13:

“Câmara derruba PEC 37 e destina royalties para educação e saúde”.

Subtítulo:

“Pressionados por protestos, deputados rejeitam projeto que limitava poder de investigação do Ministério Público”.

26 de junho de 2013



No décimo terceiro cartum, “a voz das ruas” aparece em “modo mudo” e figuras performáticas representativas do sujeito político encontram-se com tapauvidos, na tentativa de silenciar o eco das manifestações . Neste caso, consoante Orlandi (2012b, p. 129), nota-se que “o silêncio não fala, ele significa”, pois “os sentidos têm uma relação necessária com o silêncio”.

Nessa rede de significações, a partir da legenda na imagem e do não-dito, chega-se à movimentação necessária dos sentidos que põem em questão a relação entre constituição/formulação, o texto e seus comentários, o discurso e o texto. Desse modo, entende-se, conforme a autora, que

Face à constituição de um acontecimento, face ao incontornável da interpretação, gesto que constitui o sujeito no entremeio entre a língua e um mundo a significar, não há discurso que produza um texto único, uma formulação só. Não há univocidade entre memória, discurso e texto. À incompletude se liga a dispersão.

(ORLANDI, 2012b, p. 135)

É justamente nessa “dispersão” que sentidos outros passam a ser inferidos e, daí, a circularizar no imaginário coletivo sobre a constituição do ser *sujeito* manifestante e sobre o sujeito político frente às reivindicações levantadas pela massa. Nessa conjuntura, o contexto, a situação e as condições de produção ajudam a formular o dizível e conduzem o leitor à aceitabilidade da versão da *Folha* sobre o episódio em questão. Isso porque, na leitura da imagem, há uma quebra de expectativas, pois o que se esperava era que a “voz das ruas” fosse ouvida e que não estivesse, portanto, em “modo mudo”, de tal forma que o sujeito político pudesse atender às solicitações levantadas neste período. Sendo assim, ocorreria uma mobilidade, mutação, transformação de sentidos.

Na manchete, é enunciado que: “Câmara derruba PEC 37 e destina royalties para educação e saúde”. Com essa formulação, “o discurso jornalístico [mostra que] não é mero receptáculo, ele é um meio, no sentido material”. (ORLANDI, 2012b, p. 153). Nesse caso, a autora complementa afirmando que “os meios não são diferentes aos sentidos, não são apenas veículos neutros. Podem ser pensados como um “instrumento” no domínio da informação”.

Nesse sentido, a informação é disseminada e ao mesmo tempo, há uma tentativa de domínio, de controle sobre ela, a partir da formulação do discurso que se torna acontecimento na *Folha*. Evidencia-se, então, após a pressão popular, a derrubada da Proposta de Emenda Constitucional número 37 pelo Congresso, com 430 votos contrários e 9 a favor, segundo o portal eletrônico www.uol.com.br Com esta proposta, pretendia-se limitar o poder de investigação criminal do Ministério Público. O resultado da votação foi uma resposta à pressão das ruas ao Congresso.

Além disso, outras conquistas foram delegadas ao MPL, como a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Mas essa verbalização de apoio ao movimento parece cessar o áudio do governo quando o assunto é a realização de mais reivindicações. Isso pode ser percebido na constituição imagética das figuras visualizadas no cartum, o qual evidencia, nas palavras de Courtine (2006, p. 57), que

A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora do seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem.

(COURTINE, 2006, p. 57)

Assim, as diferentes materialidades simbólicas como imagem e palavras são constituídas na não neutralidade do dito pela empresa, e também são responsáveis pela transmissão dos sentidos, os quais só podem ser decifrados dentro do seu contexto. Ou seja, os sentidos são revelados através da relação entre linguagem e a imagem à qual faz referência. Dessa forma, entende-se o subtítulo do jornal, o qual mostra o porquê de deputados terem rejeitado o projeto que limitava poder de investigação do Ministério Público. Foram “Pressionados por protestos”. Nessa relação discursiva, a estrutura formulada dá margem à mudança na rota do acontecimento.

DATA:

IMAGEM 14:

<p>“STF manda prender deputado, e senado endurece pena de corrupto”.</p> <p>Subtítulo:</p> <p>“Natan Donadon (PMDB) deve ser o 1º congressista preso após a redemocratização; projeto torna corrupção crime hediondo”.</p> <p>27 de junho de 2013</p>	
---	--

As falácias acerca das manifestações mostram-se veladas em publicações como na manchete: “STF manda prender deputado, e senado endurece pena de corrupto”, e no subtítulo: “Natan Donadon (PMDB) deve ser o 1º congressista preso após a redemocratização; projeto torna corrupção crime hediondo”. Nelas, não há evidências diretas de sentidos referentes às manifestações, mas às conquistas advindas da sua luta nas ruas; uma delas é a aprovação do “projeto [que] torna corrupção crime hediondo”, uma vez que as reivindicações do MPL clamavam pelo fim da corrupção no Brasil.

Dessa vez, no cartum, a noção de manifestações é transferida de seu sentido tradicional que a *Folha* vinha trilhando a cada materialização do dito, para representar a luta do sujeito na posição de político questionando os próprios políticos, uma vez que aquele encontrava-se numa posição desprestigiada, como sujeito corrupto, mas que também tem direitos a zelar, como “melhores presídios” para que tenha qualidade em sua estada enquanto preso.

Quanto a essa mudança de sentidos sobre a imagem do *sujeito* manifestante, pode-se ligar ao que afirma Orlandi (2012b, p. 153) ao dizer que “não se transportam sentidos de um discurso para outro”. O que acontece é que o político, tal qual

O jornalista científico ocupa uma posição-sujeito específica determinada que não resulta de mera soma, nem substituição. Trata-se do que em discurso chamamos de transferência, ou seja, é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos, diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há transferência.

(ORLANDI, 2012b, p. 153)

Sendo assim, há uma transferência de sentidos de como o folhetim versa sobre o manifestante, não mais configurado como pertencente ao MPL, mas componente da política brasileira, um “fora da lei”, que responde ao crime de corrupção, e que, sentindo-se lesado em seus direitos, reivindica por melhores condições de presídios. Por isso, no diálogo apresentado no cartum, o personagem afirma: “Acho que agora uma onda de políticos vai para a cadeia por causa dos seus

desmandos”, e o outro personagem reitera: “Temos que fazer algo.”. Logo depois, na imagem seguinte, um dos personagens aparece com um cartaz escrito: “Por melhores presídios”, buscando, assim, uma razão para fazer parte dos protestos que já encontravam-se em curso no país. Enquanto uns clamavam: “Fora Fifa”, “0,20 centavos” e “Saúde”, temas levantados nas ruas na Jornada de Junho, o cartum mostra uma (re) construção da imagem circularizada sobre o sujeito político que, em meio ao movimento, precisava participar com voz ativa, mesmo que a pauta trazida fosse para seu próprio benefício.

DATA:

IMAGEM 15:

“Dilma não venceria no 1º turno; Marina e Barbosa sobem”.

Subtítulo:

“Com 30% das preferências, presidente tem queda de 21 pontos em três semanas, diz Datafolha; um quarto está sem candidato”.

30 de junho de 2013



Na manchete, o jornal formula o discurso de que “Dilma não venceria no 1º turno; Marina e Barbosa sobem”. Nessa verbalização sobre o rumo que o (dis)curso das manifestações tomava, Morgenstern (2015, p. 360) ressalta que “a popularidade de Dilma despencara 27 pontos após os protestos. Um abaixo-assinado na internet pedia o seu impeachment, já com 250 mil assinaturas (média de uma assinatura a cada dois segundos)”.

Isso explica a formulação do subtítulo que coaduna com o discurso proferido na manchete, ao afirmar que, segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha, “Com 30% das preferências, presidente tem queda de 21 pontos em três semanas”.

Na imagem do último cartum do mês de junho de 2013 sobre as manifestações de massa, os personagens apresentados encontram-se na posição de sujeito ministro e de presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Nele, os ministros convocados para tratar sobre os questionamentos do Movimento Passe Livre mostram-se incomodados não com a situação de insatisfação da população, mas por estarem imersos a essa “onda” de protestos. Por isso, apesar de aceitarem discutir sobre a situação e sobre quais propostas deverão ser sugeridas para a resolução do problema, um deles sugere que: “... seja feita em recinto fechado”. Essa construção conduz o leitor à interpretação de que o sujeito na posição de político não costuma resolver os problemas da massa numa relação transparente com os interessados. Ou seja, não se estabelece um diálogo com o *sujeito* manifestante de forma clara, participando e reconhecendo a situação elucidada por eles enquanto protagonistas do manifesto. Pelo contrário. Há um certo distanciamento entre o que se deve solucionar e o que deve ser tratado em “recinto fechado”. Além disso, a questão da luz do dia pode ser “lida” a partir da similaridade entre políticos e vampiros, uma vez que estes não circulam a luz do dia. Nesse caso, os políticos seriam os vampiros sociais responsáveis pelas péssimas condições do Brasil.

Além disso, ao se afirmar que “não estamos acostumados a negociar à luz do dia”, o sujeito ministro revela uma ambiguidade no discurso, o qual pode ser entendido que as negociações se fazem em um horário impróprio ao de trabalho convencional; ou mesmo sugere que as negociações são feitas em locais apaziguados, ou seja, que não tenha reivindicações, queimadas (assim representadas pela expressão “a luz do dia”).

Nessa composição imagética da empresa sobre os sujeitos em destaque, é preciso ressaltar a noção de posição-sujeito moderno capitalista de Pêcheux, citada por Orlandi (2012b, p. 104), por meio da qual o sujeito é

ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade.

ORLANDI (2012B, p. 104)

Assim, a imagem formulada retoma, através do interdiscurso, a construção do sujeito na posição de político na história das manifestações, ativando, a partir da estrutura, a memória discursiva ao considerar que “toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o ainda-não-lá e com o jamais-lá na percepção imediata” (ORLANDI, 2012b, p. 127). Isto é, no interior da repetibilidade sobre o ser sujeito político há sempre um discurso outro a ser considerado. Isso porque, segundo Indursky (*et al*, 2015, p. 289), “o texto [neste caso, o cartum] (...) é produzido pelo sujeito-autor a partir da ‘costura invisível’ de diferentes recortes provenientes do interdiscurso”. Desse modo, complementa que “a materialidade imagética pode retomar o que foi posto em outra obra, isto é, pode buscar determinadas imagens já representadas anteriormente, inscrevendo-se no regime de repetibilidade” (INDURSKY *et al*, 2015, p. 290).

Neste cartum, há também a construção da imagem do sujeito policial convocado para cessar o movimento, a partir da atitude de perseguição configurada ao se deparar com manifestantes que causavam destruição e queimadas nos locais por onde passavam. Assim, por meio de utensílios como cassetetes e bombas de efeito moral, o sujeito policial é representado na condição de responsável por resgatar a ordem social. Porém, esta imagem, conforme o cartum, foi negligenciada pela forma como foi conduzido o controle que *a priori* se almejava alcançar, visto que o caos continua e pode até se proliferar, a partir de sua atitude violenta para coibir o levante popular. Isso revela como o Jornal *Folha de S. Paulo* configura a situação, como uma real perda de controle, episódio esse que não condiz com o perfil imagético da posição-sujeito policial, construída histórico, social e ideologicamente.

Nesse meandro, conforme Indursky (*et al*, 2015, p. 290), entende-se que

A produção de um texto imagético é decorrente da trama de diferentes recortes imagéticos. Esses recortes se constituem de imagens e/ou fragmentos de imagens oriundos de redes discursivas imagéticas, situadas no interdiscurso. E são essas redes discursivas que vão construir as redes de memória a partir das quais sentidos lhe são associados.

(INDURSKY *et al*, 2015, p. 290)

Portanto, através da rede de formulações já presentes no pré-construído sobre o sujeito policial e sujeito político, instaura-se sua imagem no período das manifestações de junho no campo da repetibilidade, como se imerso, mesmo na presentificação dos fatos, à historicidade que a constituiu. Sendo assim, a *Folha* produz a versão de uma imagem levando em conta os diferentes recortes imagéticos já configurados no imaginário sócio-discursivo da população, relacionando o novo ao velho no interior do interdiscurso, numa relação de associação aos sentidos já construídos.

UM FINAL EM (DIS) CURSO

Esta pesquisa buscou compreender o percurso da discursivização do jornal *Folha de S.Paulo* acerca das manifestações de junho de 2013 no Brasil, o seu movimento de análise sobre o levante popular, a partir do investimento analítico da/na imagem do *sujeito* protagonista dos protestos, tendo como *arquivo* quinze cartuns publicados pela empresa, considerando-se os efeitos de sentido produzidos, sua circularidade e circunscrição.

Assim, nosso empreendimento enfoca principalmente no modo como os protagonistas desse acontecimento são construídos por meio dos cartuns, pois o arquivo coletado mostra diferentes materialidades, como imagens e dizeres, de onde emanam efeito de sentidos, que reconfiguram e (re)formulam outros acontecimentos, através da intersecção entre a memória discursiva e a atualidade, constituindo, desse modo, uma nova interpretação sobre um evento histórico (ORLANDI, 2012a).

Portanto, sendo o discurso formulado na intersecção entre o interdiscurso e o intradiscurso, nota-se no evento Manifestações a repetição do dizível na historicidade em que este é constituído, de onde circularizam os sentidos. É, então, no entrecruzamento, no encontro entre a memória discursiva e a atualidade que o sujeito manifestante é ressignificado, atualizando os sentidos rememorados sobre ele para sua constituição na história.

Desse modo, tem-se a circularização do dito sobre as jornadas de junho e sobre seus sujeitos atuantes, partindo-se de uma estrutura formulativa de imagens e dizeres a qual trabalha com a repetibilidade presente no imaginário coletivo da sociedade. Todavia, essa mesma conjuntura analítica compreende a noção de ruptura, dando margem ao surgimento do novo, registrando um outro sentido possível no interior da rede de formulações.

Nesse meandro, esta pesquisa torna-se relevante por visar um gesto de leitura de cartuns que extrapola os sentidos para além do dito e da película imagética, uma vez que o discurso pode encontrar sua forma materializada na

palavra – a qual tem sua materialidade essencialmente ideológica - ou na ausência dela, que acaba também por significar, dando margem ao acontecimento.

Nesse caso, os sentidos formulados pelo jornal sobre as manifestações surgiram tanto da análise do componente textual como da “escrita-arte”, ou seja, a imagem (INDURSKY *et al*, 2013, p.90), sendo estes os responsáveis por reportar o leitor para o acontecimento descrito. Assim, a imagem do *sujeito* manifestante é (re) construída através da intensificação, do realce ou da transformação das formações imaginárias que se tinham sobre manifestantes no Brasil.

Além disso, notou-se que o contexto histórico cria condições para a formulação *deste* e não *daquele* discurso, uma vez que leva em conta o perfil da empresa *Folha* historicamente constituído, o qual interdita ou facilita a verbalização sobre uma determinada situação imediata do acontecimento. Por isso, no jornal, percebe-se o levante popular sob a ótica do que é possível dizer a partir das Condições diretas de Produção de discurso da empresa, que tenta a todo custo validar suas impressões sobre o assunto em questão, e faz isso também ao intitular de Caderno Poder a seção responsável pela divulgação de episódios como o das jornadas de junho. Isso porque o nome Poder, no jornal, tem a força de formular e assim circular os efeitos de sentidos, criando *Formações Imaginárias* e (re) construindo a imagem do *sujeito* manifestante para o público leitor.

Em suma, buscou-se revelar como um construto fatídico que mobilizou a história, mostrando as marcas ideológicas da mídia no real, foi evidenciado pela *Folha de S.Paulo* no mês de junho de 2013 no Brasil, a partir da comunhão de imagens e dizeres materializados em cartuns sobre os quais tentou-se “ler” e “interpretar” o *continuum* das manifestações ocorridas no país por meio da ação e, conseqüentemente, (re) construção da imagem do *sujeito* protagonista dos protestos. Dessa forma, as condições políticas e sociais do período e a constituição do evento Manifestações através da memória discursiva permitiram que o jornal enunciasse o evento (re) formulando a imagem desse sujeito a partir das relações de força em que eles ora eram “interpretados” como “sujeitos sem causa” ora como aqueles que “cresceram” e que, portanto, são capazes de mudar a realidade do país, através de suas reivindicações.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Um mapa da ideologia. In: _____. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Traduzido por Vera Ribeiro. (Orgs) Slavoj Zizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.
- BRANDÃO, Maria Helena. **Subjetividade, argumentação e polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- COSTA, Graciely Cristina da. Dossiê: Diferentes objetos simbólicos em análise. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos** n.34, Campinas: CNPq - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2014: Unicamp, 1997-2014.
- COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. (Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho). São Carlos: Claraluz, 2006.
- DIAS, Cristiane; BARBAI, Marcos Aurélio; COSTA, G. C. **Movimentos da contemporaneidade: a rua, as redes e seus desencontros**.
- DIAS, Cristiane. O traço das relações sociais no desenho da cidade. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos** n.34, Campinas: CNPq -Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2014: Unicamp, 1997-2014.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. Tradução de Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- FOUCAULT. M. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIÉ, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014. p. 169-191.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em << <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>>>. Acesso em 10 Jul. 2015.

INDURSKY et al. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES, Maraísa. **Folha de S.Paulo: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MALUF-SOUZA, Olímpia et al. **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

MARIANI, Bethania Sampaio Correia. **O PCB e a imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARIANI, B. Imaginário linguístico: análise do discurso e psicanálise. **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)**, Porto Alegre, Ano XII, n. 132, jan. 2005.

_____.Discurso e Instituição: a Imprensa. In **Revista Rua**, Campinas, n. 5, 1999, p. 47-61.

MARICATO, et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORGENSTERN, Flávio. **Por trás da máscara**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

NASIO, J. D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NUNES, Silvia Regina. **Práticas de leitura no infográfico eletrônico: trajetos, tropeços e movimentos**. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumell/arquivos/pdf/eurbanoVol2_SilviaNunes.pdf>>. Acesso em 10 Jul. 2015.

<<<http://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/>>>. Acesso em 09.07.2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Efeitos do verbal sobre o não verbal**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012b.

_____. **Interpretação, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012c.

_____. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

_____. **Terra à Vista – discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. **Análise de Discurso**. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy & ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (orgs.) Introdução às ciências da Linguagem – discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX & FUCHS, Catherine. **A propósito da Análise Automática do Discurso**: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (org.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução da obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1990. (Tradução de Bethania Sampaio Correa Mariani, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, Péricles Cunha, Silvana Mabel Serrani, Suzi Lagazzi, Maria Augusta B. de Mattos, Jonas de Araújo Romualdo).

PÊCHEUX, M. **O papel da memória**. Trad. José Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PAGLIOSA, E. **Humor**: um estudo sociolinguístico cognitivo da charge. Porto Alegre: EDIPCRS, 2005.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**: um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Beinkstein. São Paulo; Cultrix, 1975.